



SENADO FEDERAL

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTEs, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO.

ATA DA 31ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2008, às quinze horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram ouvidos os senhores João de Deus Júnior representante da Oi; Paulo Roberto Lima, Representante da TIM; Luiz Otávio Marcondes, Representante da Claro; Diogo Neves, Representante da Vivo; Lara Piau, Representante da TIM, Paulo Pimentel, Representante da Embratel; Patrícia Tedesco, Representante da Telefônica; Enylson Carmonesi, Representante da Telefônica; Custódio Toscano, Representante da Oi; André Ubaldino, Procurador de Justiça no Estado de Minas Gerais; Patrícia Costa Schreiner, Procuradora da República no Estado de São Paulo; Thiago Tavares, Presidente da SaferNet Brasil; Edivaldo Miron da Silva, Representante da Abrafix. Ana Lúcia Melo, Promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro e Carlos Edmundo Sobral, Delegado da Polícia Federal.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Romeu Tuma (PTB-SP)
Virgínio de Carvalho (PSC-SE)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):
Declaro em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI que se propõem a investigar a pedofilia no Brasil.

Havendo número e quorum regimental, declaro aberta a sessão. Proponho a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. Está dispensada. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam

como estão. Aprovado.

Esta Audiência Pública se propõe a ouvir as operadoras de telefonia no Brasil. Mas antes eu gostaria de dizer que participei, em Minas Gerais, nesse final de semana, do Movimento Todos Contra a Pedofilia, e na cidade de Divinópolis vi uma coisa significativa e bonita para o Brasil. A população na rua, as crianças na rua, o Poder Judiciário, Senador, o Poder Legislativo na rua, o Ministério Público, as polícias, bombeiros, a imprensa que cobria tudo, e com um sentimento de família de quem repudia esse crime com a maior veemência possível. Uma marcha significativa com colegiais, faixas escritas por crianças. Infelizmente, chegamos a um ponto de abuso de criança neste País que é preciso preparar as nossas crianças para saberem se defender do pedófilo, a criança na mais tenra idade hoje precisa, minimamente, saber o que é abuso.

E à noite participei de um outro evento e Nova Serrana em Minas Gerais, também a criação do Movimento Todos Contra a Pedofilia e o Movimento de Mães Contra a Pedofilia. E registro que esse Movimento Mães Contra a Pedofilia ele se deu e começou em Roraima, não é Dr. André? Em Roraima com o advento da prisão do procurador quando as mães indignadas, em Roraima, foram às ruas e acabou nascendo o Movimento Mães Contra a Pedofilia. E já vi outras coisas bonitas também por aí, estudantes contra a pedofilia, jovens contra a pedofilia, estudantes de Direito contra a pedofilia. Já vi no meu Estado faixas em carro, pedagogos contra a pedofilia, as pessoas nas faculdades e nas ONGs se reunindo e tomando posição contra esse crime dos mais indignos possíveis.

Acontece agora o 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Criança e Adolescente que vai ocorrer do dia 25 ao dia 28 no Rio de Janeiro, é um congresso mundial, o Brasil sediando. E nós esperamos que o Presidente Lula sancione a lei, a mudança dos 240 e 241 do ECA, uma vitória do Brasil, aliás, eu quero parabenizar os senhores assessores desta CPI, os procuradores, Ministério Público Federal, Estadual, aqui a Polícia Federal, os técnicos do Senado, os nossos assessores do Senado. Parabéns a vocês! Parabéns pelo preparo da lei, pela modificação, e, graças a Deus, a Câmara aprovou e agora é possível que o Presidente Lula abra o congresso mundial sancionando, mostrando para o mundo a nossa disposição de enfrentar esse crime que em termos de volume, na minha visão hoje, a minha experiência que tenho acumulado empata um pouco já com o uso de droga no Brasil. Esse é o convite que recebo da Coordenadora do Comitê Organizador, a Dra. Carmem Silva de Oliveira, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu fazia uma palestra na Câmara dos Deputados quinta-feira próxima passada ou foi terça-feira, a Comissão de Segurança, o Senador Virgínio fez um congresso, um encontro para discutir a

questão da exploração sexual no Brasil, muito bem organizado com alguns debatedores e a delegada do Rio de Janeiro, Deputada Federal Marina Maggessi, inspetora de polícia, e ela foi à mediadora quando da minha fala, e eu fiquei muito surpreso, quer dizer, eu tenho recebido isso por e-mail, todo dia, de todo o mundo e no Brasil.

Eu acho que se esta CPI tem uma virtude, só a CPI foi de ter... A virtude foi de ter acordado o País, mas também tem ajudado as pessoas a se livrarem dos seus monstros, que são centenas e milhares de pessoas que mandam a esta CPI dizendo: olha, eu professor universitário, eu sou médico, eu sou empresário, eu sou produtor, eu tenho uma empresa, eu tenho 500 empregados, eu sou médica, eu sou religioso; e tenho isso e isso, sofro isso, tenho pesadelo, eu sou frio, eu estou na reunião com outras empresas e dá um branco na minha cabeça porque eu me lembro do abuso aos 5 de idade, aos 7 anos de idade e tal. E quando eu encerro a minha fala, Dra. Ana, a Delegada Marina Maggessi com lágrimas nos olhos, considerada uma policial muito dura no Rio, eu nunca vi a Marina Maggessi chorar. E ela disse: eu vou após essa palestra fazer uma revelação aqui e me livrar de um monstro que faço terapia há 20 anos. Eu fui abusada aos 5 anos de idade. E eu não achei que a CPI teria esse viés libertador, as pessoas se encorajando a se libertar de um monstro. E veja aqui a invasão de uma criança do seu moral, do seu íntimo, das suas emoções são lesões que ficam.

E aí eu diria aos senhores das Teles, quando falei da primeira vez que não há qualquer interesse quando se quer assinar termo de ajuste e conduta, a não ser a vida humana, não a qualquer interesse. E quando a gente faz qualquer discussão há que se discutir a vida humana. É verdade que nós vivemos num país capitalista onde se pensa no capital, mas, minimamente, há que se pensar na vida humana, minimamente. E eu falo de um viés e esse termo de ajuste de conduta foca exatamente no ponto do nosso... Como é que se diz? Do nosso fato determinado que é abuso de criança, nós focamos aqui no abuso de criança. E quando eu falo aos senhores, e quando falo não estou me referindo ao que as empresas ganham ou deixam de ganhar. Eu estou falando a pais de famílias, avós, pais; e estou falando de abuso e violência contra criança que leva essa lesão para a vida inteira. E esse monstro, essa sombra chamada pedófilo. Por que quem é que é o pedófilo? Quem é ele? O pedófilo é uma sombra, é um indivíduo acima de qualquer suspeito, qualquer um põe a mão no fogo por ele. É aquele boa-praça, sujeito hospitaleiro, gente boa para caramba, que ninguém duvida dele, isso quer dizer então que nenhum de nós estamos livres deles. Nenhum de nós.

Então a razão de ser desta Audiência é para que nós discutamos o nosso interesse pela vida humana. E eu não gostaria de fazer uma discussão de capital, até porque não é minha praia. Eu quero discutir a vida humana, eu quero discutir até onde nós

podemos chegar em favor da vida. E eu não quero fazer uma assinatura de cavalheiros, não, nós concordamos e gostamos, até porque eu acredito nas pessoas, mas eu estou falando em papel, eu estou falando em CGC, eu estou falando em registro, eu estou falando em empresa, eu estou falando em fatura. Então, eu acho que nós podemos, muito bem, cavalheiramente discutir essas questões. Ainda informo que no dia 2... Dia 2 ou dia 1º? Se dará o encontro de Hyderabad, dia 2 na Índia, de enfrentamento também à violência sexual e também é governança da Internet. Não é isso, doutor? Governança da Internet e eu estarei lá, até porque vou participar com uma fala lá nesse evento da ONU e o Senador Virgínio também, estaremos indo para participar desse evento.

Eu recebi alguns comunicados, e eu queria, se aqui couber, porque se tiver mais, eu vou chamar, porque se tiver mais eu vou pedir que sente aqui, se couber aqui ficamos todos aqui. Diogo Neves, Gerente de Segurança da Vivo. O Diogo Neves está aí? Está aí não é, Diogo? O Diogo esteve na outra reunião, não é Diogo? Na outra audiência pública? Não, não é? É só para eu fazer a contagem. Antônio Carlos Drummond Filho, o Antônio Carlos está ali, o Paulo Roberto Lima, Paulo Roberto, três, Luiz Otávio, quatro, e Paulo Pimentel. Tem mais algum outro representante de empresa?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: João de Deus Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Seu nome é tão fácil, em João? E eu esqueci. João de Deus. Tem mais algum outro? Lara Piau? Piau. Esqueci de um. A tua empresa é a Oi. E a Laura? Tim. Você veio representando o Mário César. Quem mais?

SRA. PATRÍCIA TEDESCO: Patrícia Tedesco.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Patrícia Tedesco. Esse sobrenome não é estranho para mim, Tedesco. Eu conheço um Tedesco lá em São Paulo. Você é de São Paulo?

SRA. PATRÍCIA TEDESCO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mais algum?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Telefônica. Edílson?

SR. ENYLSON CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Enilson.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Enilson. Está bem. Mais alguém?

Eu vou fazer o seguinte: eu vou pedir os primeiros que eu chamei, porque aqui não cabe todo mundo, e gostaria de pedir aos

outros que viessem para essa primeira fileira aqui então. O João esteve na primeira reunião, não é João? Então, a Bíblia diz que a quem muito é dado, muito será cobrado. Você senta aqui perto de mim que é de você que eu vou cobrar. Venha cá.

Aqui o pessoal que eu chamei primeiro pode se assentar aqui. Pode sentar aqui. Aqui tem direito a cafezinho e é melhor porque aqui a gente é filmado de frente. Os caras são mais sabidos do que nós. Tem mais aí? Quem é o outro? Aqui é melhor que a gente é filmado de frente. Cadê o outro? Tinha mais um, não tinha? Vocês dois também. Tedesco e o Paulo aí.

SR. ENYLSON CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: O senhor prefere a Tedesco aqui do que eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A Tedesco, aliás, espertamente que é para sentar de costa. Mais sabida do que você.

Eu recebi alguns ofícios, e esse ofício é assinado pela Sra. Gisele Artur em nome do Presidente da Claro, João Cox, comunicando que em virtude de relevantes compromissos e relevantes agendados anteriormente, o mesmo não pode atender a convocação de V. Exa estará enviando um representante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Beleza. Recebi também em razão da convocação constante no arquivo anexo tal e tal, recebido e tal, considera o vice-presidente da Embratel, tendo em vista compromisso tal, tal, tal, tal, Antônio Oscar de Carvalho e tal. Recebi também um comunicado do Dr. Mário César da Tim que me falou ao telefone ontem, e me até muita alegria dizendo que a Tim está disposta a participar efetivamente com esse termo de ajuste de conduta, cumprir responsabilidade com a sociedade. E isso ficou muito... Marcou para mim.

Eu vou fazer uma introdução, e, em seguida, eu gostaria de ouvir a todos. E gostaria de, mais uma vez, fazer um bate-papo amigável com todos, diante da gravidade da situação, e alguns que já estiveram comigo conhecem mais de perto, porque eu lhes mostrei alguma coisa que foge à nossa compreensão do que é que é pedofilia. Quem nunca viu pensa que sabe, mas não sabe nada do que é que é isso. Não é?

E aquela reunião me deixou muito alegre e a todos nós, porque as pessoas indicadas trabalharam e construíram, andaram; mas parece que chegou um momento que emperrou. Mas penso que de uma causa como essa nada que a gente não possa acertar. Nós não estamos fazendo uma discussão no CAD, nós não estamos fundindo empresa, não estamos falando de interesse de dinheiro, de uma ou de outra, quem vai perder e quem vai ganhar. Eu estou falando dos seu netos, estou falando das minhas filhas, dos netos que vou ter, dos filhos dos outros, dos filhos da periferia, dos filhos do

condomínio, estou falando da Zona Sul e das crianças do morro, eu estou falando das crianças do Brasil.

Quando nós propusemos esse termo de ajuste de conduta... Antes disso eu gostaria de fazer um registro, Senador, que ontem... Quero parabenizar a Dra. Ana Senadora Dra. Ana Lúcia que é assessora desta CPI que ontem realizou uma operação na madrugada vitoriosa no Rio e prendeu um norte-americano pedófilo. Parabéns, Dra. Ana, por essa investigação. E os Estados Unidos mais de parabéns ainda porque eles têm duas leis, uma que pune o pedófilo nos Estados Unidos duramente, de rastreamento eletrônico à pena muito alta, e uma placa na porta da casa que mora um pedófilo e muita coisa. Mas eles têm uma outra, uma lei específica para punir o pedófilo que deixa os Estados Unidos para cometer pedofilia em outro país. E esse cidadão, certamente, está enquadrado nessa lei, e o prazo máximo é de 30 dias para estar encerrado todo o inquérito e esse rapaz estar preso nos Estados Unidos. Uma coisa que a gente tem que chegar.

Tenho aqui no auditório com a gente o Conselho Tutelar de Viamão, Rio Grande do Sul, Francisco Mariano. Queremos cumprimentá-lo, Francisco Mariano. Parabéns pelo trabalho do Conselho tutelar.

Eu recebi algumas informações, e aí a razão porque eu pedi esse encontro, e eu não desejo radicalizar, radicalizar seria qualificar a reunião e fazer uma convocação formal dos presidentes, e aí não daria para aceitar esse tipo de: não posso ir porque impossibilitou, não sei e o que e tal. Até porque numa reunião informal, numa audiência pública você aceita isso, mesmo o cara não vindo porque não quer e ele põe esse texto. Esse texto é até decorado, é tudo igual. Eu também faço esse texto quando não vou a algum lugar: atendendo a compromisso, não sei o que tal e tal. Está tudo igual. Então, eu não quero radicalizar, de fazer convocação formal com o poder que a CPI tem e trazer formalmente os presidentes das companhias, porque penso que não há necessidade. Acho que isso aqui é igual a gente está comendo peixe, quando vê uma espinha a gente não pára de comer; continua comendo, separa a espinha e vai em frente. Nós precisamos é separar essa espinha, acertar e ir em frente, sem problemas, porque todos nós, penso, temos interesse do país, pensamos no país, nós pensamos nas nossas famílias, pensamos nas nossas famílias.

Não gostei de que li, do que foi degravado para mim da última reunião, do que ouvi da última reunião, e aí não gostaria, por exemplo, de trazer aqui os presidente e colocar esse áudio no ar. Muitas palavras foram mal faladas na reunião passada aqui, que digo aos senhores, que com toda essa maneira de tratar as coisas e tratar as pessoas me indignou profundamente. E eu queria... Não tenho necessidade de fazer formalmente para que eu saiba e quem são os

senadores que são cooptáveis dentro de um *lobby* para poder derrubar os interesses da sociedade brasileira em favor do capital. E eu não gostaria de radicalizar. Por isso eu gostaria de tratar com os senhores como nós tratamos na primeira reunião como elas se seguiram.

Eu entendo que há uma defesa de interesses, sei que todo mundo se sensibiliza, mas cada qual está falando em nome de uma empresa, ninguém faz empresa para tomar prejuízo, faz empresa para ganhar dinheiro, e não tem nenhum crime nisso, porque sem empresa não tem emprego. E a honra de um homem é seu trabalho. Se você não tem trabalho para dar a ele, ele é desonrado. Então é o seguinte: quem gera emprego, gera honra, e empresa é bem vinda no Brasil, quanto mais forte, melhor; quanto mais faturando, melhor; quando mais gerando emprego, melhor; porque gera honra e gera dignidade; tira as pessoas do desemprego e da miséria. Sem nenhum problema com relação a isso. Agora penso que um termo de ajuste de conduta que todos concordam, que todos concordam, que está focado no nosso fato determinado, que a princípio se pensou em falar genericamente para todo tipo de crime, depois se voltou atrás e focou e o correto é esse, é focar no fato determinado porque esta CPI é de abuso contra criança, tão somente.

Nós focamos aqui, nós precisamos. É igual a questão: onde é que está a violência das drogas no Brasil? Nós falamos: no uso de droga. No usuário. No consumo. E qual que é o nosso grande drama hoje? Porque o Brasil errou, chegou à Câmara e pegou um Projeto de Lei que virou um monstro. E virou um monstro como? Tiraram a autoridade. Isso, quer dizer, o usuário não pode ser punido. Mas o litro de gasolina que compra gasolina e incendeia um ônibus com gente dentro é dinheiro de usuário. Mas ele não pode ser punido. Ah, mais o usuário que fuma um papelote, cheira só um papelote sexta-feira, esse cara não pode ser punido. Mas para esse papelote chegar à mão desse engraçadinho, gente foi corrompida na fronteira, morreu motorista, ficou viúva, ficou carro para pagar, ficou menino órfão. Para esse papelote chegar à mão dessa pessoa, polícia foi corrompida. Precisamos contar todas essas coisas. E o juiz ficou sem a carta na manga. A lei de juiz: serviços comunitários. O sujeito não comparece. O relatório: "olha, Sr. juiz, ele não veio nenhum dia aqui." O juiz: "rapaz, venha cá. Você vai se obrigar a ir a uma ONG ouvir palestra três vezes por semana." "Sim, senhor." Não pisa lá. O relatório: não pisou aqui não. Encerrou. O juiz não pode mais nada. Está desmoralizado. Está desmoralizado. E aí por falta de conhecimento a sociedade diz que isso é culpa dos políticos, e acho que nesse ponto é, porque foi lá que morreu. É culpa da polícia, mas não tem carta na manga para o juiz fazer cumprir. Ele nunca imagina que se ele não for fazer o serviço comunitário, se ele não for àquela ONG, o juiz então vai prendê-lo dois anos. Ele não tem medo de nada. O juiz está desmoralizado. Então nós não podemos fazer um

ajuste de conduta sem que tenha sanção no descumprimento. Não há que entender isso. Não dá para fazer acordo de cavalheiro numa situação como essa. Nós não estamos falando com um irmão de caridade. Nós estamos falando com multinacional. Nós estamos falando com gente que ganha muito dinheiro. Nós não estamos falando, e eu volto à velha história: eu não estou fazendo ajuste de conduta no CAD. E eu sei o que é que é aquilo lá, que quando a Nestlé comprou a Garoto lá no meu Estado quebrada e havia interesses espúrios por trás. Não foi junção de capital, foi uma empresa quebrada que foi comprada e tinha interesse por trás. E eu vi muito bem que digladio desgraçado. E olha que eu não entendo de nada disso não. Entrei na briga só por causa dos empregos no Espírito Santo.

Então eu quero ouvir os senhores, quero ouvir as razões pelas quais... Existe concordância em quase todos os pontos. A concordância se dá exatamente quando o descumprimento desse termo de ajuste de conduta é chamado a ter sanções sobre o descumprimento, porque termo de ajuste de cavalheiro nós não vamos assinar. Aí não dá para brincar. Eu não vou entrar numa piada dessa. Não quero ser uma charge de Chico Caruso. Quer dizer, esse Chico é até bom de charge, já tem umas três charges dele comigo, mas não quero ter outra sendo piada. Aí não dá! Esta é uma CPI séria que está tratando com um assunto sério. A multinacional da Internet veio aqui sentou e assinou, o Uol vai assinar, a Terra vai assinar, My Space vai assinar, Ig vai assinar; todo mundo vai assinar. Agora, eu não posso é assinar com as Teles um ajuste de conduta, Sr. Senador, que seja tão somente uma conversa de cavalheiros, e pode ter certeza que nós vamos cumprir. Não é bem assim. Eu posso até confiar em todos vocês, que vocês estão aqui, mas amanhã vocês passarão, serão outros e outros virão, e que não têm o mesmo sentimento, que não viveram esse momento que nós estamos vivendo aqui agora.

Então eu vou passar a palavra para que eu possa entender as razões pelas quais, dos senhores a cada um, quero ouvir cada um pacientemente, e espero que a gente separe essa espinha e continue comendo o peixe, e nós acertemos e façamos para o Brasil um gesto dos mais bonitos, dois mais bonitos, dos mais bonitos que é, de fato, assinar um termo de ajuste de conduta. Olha, uma criança em risco, imagine uma criança de seis anos, porque tem abuso de criança de 30 dias de nascido. Mas eu quero falar dessa criança de seis anos lá no meu município. As perninhas dela da grossura do meu dedo, a bichinha subnutrida, desse tamanhozinho assim, doutor. O sujeito a pega e estuprou com o dedo, primeiro. Ele contando para mim. Estuprou no ânus com o dedo, quando sangrou ele fez conjunção carnal com ela. Depois estuprou na vagina, quando sangrou ele fez conjunção carnal na vagina e rasgou, fez um canal só. E essa criança de seis meses, os médicos chorando, precisaram tirar o útero dela.

Quer dizer, além, de lesionar moral e emocional. Tiraram dela o privilégio de mais tarde ser mãe. E eu falo: uma criança nessa de risco, se você precisa de uma quebra de sigilo de uma desgraça dessa com duas horas, e uma Tele diz a mim que não dá. É de vida que eu estou falando. Eu estou falando de vida. Então eu quero ouvir os senhores. E eu só sei fazer esse discurso emocional, mas é verdadeiro. São fatos. É emocional, mas são fatos. Porque com essas questões eu não quero tratar com a razão. A razão depois é dizer: olha, o Brasil evolui, o Brasil criminalizou posse. O Brasil criou um tipo penal pedofilia. As Teles que operam no Brasil não foram obrigadas num Projeto de Lei não, ninguém as obrigou. Elas vieram, discutiram e assinaram e disseram: é isso que nós temos que fazer por este País. É isso que nós temos que fazer pelas nossas crianças. Nós precisamos virar exemplo para o mundo todo, para que as Teles no mundo inteiro digam: olha, abriu precedente no Brasil. Nós precisamos fazer aqui também, na Espanha, precisamos fazer aqui na Itália, em tudo que é lugar. E eu não estou chamando ninguém para sacrifício. Eu estou chamando para salvar crianças em situação de risco. É para isso que eu estou chamando. Porque eu confesso aos senhores que se a gente não fizer pelo amor nós fazer na dor. Porque essa situação tão séria, tão séria, tão lamentável; e eu estou dizendo aos senhores porque eu convivo 24 horas com isso.

Ontem ao encerrar a reunião em Nova Serrana, uma senhora levou uma criança para mim tetraplégica com 3 anos de idade, sendo abusada pelo tio. E eles fizeram todo um esquema para pegar o sujeito. Três anos, tetraplégica e não arruma quebra de sigilo. Porque esse cara falava todo dia com a enfermeira que tomava conta da menina, que era quem preparava tudo para ele, e eles não conseguiam pegar os dois no telefone. E aí faz o quê? Vai para o ilegal? Contrata um hacker? Faz o quê? Vai para o ilegal e contrata um araponga? Um sacana desse qualquer de maleta? Eu não sei o que fazer. Desculpem o meu desespero. Desculpem o meu desespero. Então eu quero ouvir os senhores na boa, para gente separar a espinha e continuar comendo e peixe e dizer: olha, vamos acertar aqui. Vamos acertar aqui. Vamos acertar bonito. Vamos assinar um termo de ajuste de conduta para o País bonito para mostrar para o mundo. Vamos acertar aqui. Para gente não ter que sair na porrada. Porque é o seguinte: se a gente tiver que sair na porrada, e eu confesso aos senhores que nós vamos sair na porrada. Então vamos sair. Porque, pelo amor de Deus. Eu tenho uma filha de 8 anos de idade. Eu estou com procuração dela. Eu vou fazer o quê? Eu vou fazer o quê? Eu vou afinar? Não vou afinar, não. Eu não vou afinar. Eu não vou amarelar. Eu não vou amarelar. Mas eu penso que nós temos bom senso. Nós somos gente de pessoas de bom senso, gente de família que sabe das coisas muito mais do que eu. Muito mais do que eu. Eu sou um neófito. Deus me deu a graça de chegar aqui porque eu sou emocional, para que a gente possa chegar a bom

termo em tudo isso aqui.

E eu precisava fazer essa fala de início até porque eu li da reunião anterior me indignou bastante. O que eu li e tenho. O que eu li e tenho. O que eu ouvi de algumas pessoas que estavam naquela reunião me indignou bastante. E eu tenho certeza que ali eu tenho material para poder fazer esse enfrentamento. E, tenho certeza, que a sociedade não vai ficar contra esta CPI. Não vai ficar contra esta CPI.

Então, eu quero ouvir os senhores. Eu, se me exacerbei, peço desculpas, mas tudo que eu quero é o bem. Eu quero é que a gente faça bacana, todo mundo junto. Está tudo acordado? Está. Beleza! Ficou bom para todo mundo? Ficou. Jóia! Então vamos embora e tocar para frente. Não quero dar prejuízo de 1 centavo para empresa nenhuma, mas não quero que empresa nenhuma negligencie e permita que uma criança estuprada na cadeira de roda, ou em cima da cama, ou amarrada em qualquer lugar. Porque eu posso abrir todas essas imagens para os senhores do que eu estou falando aqui agora, de crianças amarradas. Eu posso abrir imagem para os senhores aqui de criança de três anos sendo abusada por cinco homens. Eu posso provar tudo que eu estou falando aqui. Então é por isso que eu quero ouvir os senhores na boa, na boa, desarmado, desarmado; completamente desarmado. Quando o Mário César falou para mim no telefone, ontem: "olha, a Tim comunga com tudo." E eu falei: "vou repetir sua fala, doutor, lá." "Pode repetir." "E o prazo de duas horas para dar quebra de sigilo?" "A Tim faz." "Vou repetir sua fala, Mário César." "Pode repetir minha fala." Eu já fico feliz. Para mim... Agora, não dá para ser acordo de cavalheiro. Tudo bem. Tudo bacana, a gente concorda com isso tudo. Vamos assinar isso se nós concordamos. Agora, sanção não, se a gente não fizer... Eu hem, eu nunca vi isso na minha vida. Eu nunca vi.

Então vamos conversar. A gente tem tempo para conversar. Eu quero ouvir todo mundo, sei que vou aprender. E a gente, certamente, vai chegar a bom termo. Não tenho dúvida de que nós vamos chegar a bom termo. Pelas caras boas que eu estou vendo aqui tudo, nós vamos chegar a bom termo. E alguns, de vez em quando, até fazem assim, concordam comigo. E eu já até contei os que fizeram assim para contar os votos. Se eu botar em votação eu ganho, eu já ganho, viu Senador, se eu botar em votação eu ganho.

Então vamos... oh! João, você que é de Deus, vamos começar com você. Vamos embora. Gente boa. Dá um café para o João aqui, dá um café para todo mundo aqui.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. É um prazer estar de vota aqui a essa nobre Comissão.

E queria iniciar dizendo o seguinte: eu acho que nós estamos

aqui diante de três questões distintas, e, às vezes, a discussão de uma dimensão dessas interfere na outra, mas eu vou tentar separar, vamos dizer, as questões, os parâmetros que nós estamos discutindo para ficar mais clara a nossa visão. Mas nós estamos discutindo uma questão, primeiro uma questão moral, uma questão de cidadania, uma questão de humanidade, vamos dizer, todo o escopo moral que perpassa todo o discurso do digno Presidente da Comissão. Estamos discutindo uma questão técnica-operacional, uma questão de como implementar determinados dispositivos, e estamos discutindo uma questão jurídica. E tem hora que a gente está discutindo a questão moral, tem hora que está discutindo a técnica e tem hora que está discutindo a jurídica. E talvez as confusões ou os debates que tem ocorrido, no calor dos debates é que, às vezes, se misturam essas três questões.

Inicialmente, eu queria dizer que quanto à questão moral que é a questão do mérito desse compromisso, o mérito dessa iniciativa, essa questão já foi resolvida na primeira sessão que nós tivemos aqui, a primeira reunião da Comissão que chamou as operadoras que nós tivemos aqui, nós não deixamos nenhuma dúvida de que nós estamos comprometidos com a mudança de patamar, quer dizer, a questão de levar as empresas a um novo patamar de conformidade, de performance na preservação dos dados de tráfego por Internet, esse é um compromisso moral que as empresas têm. Então quanto a isso não há mais dúvida. Quanto ao impacto que essa ausência causa na questão específica da pedofilia, isso foi resolvido lá. Tanto que hoje nós nem quando discutimos essa questão aqui de termo de cooperação e etc., nós estamos discutindo é termo de obrigação, para nós é uma obrigação relevar esse patamar, resolver essa questão no plano material. Também não estamos discutindo aqui a questão de dezenas ou centenas de milhões de reais que estejam envolvidos. Eu não estive nas duas últimas reuniões, estive na primeira e na última, tenho acompanhado; mas essa parte acho que as empresas já resolveram. No nosso caso nós já temos o orçamento previsto de dezenas e milhões de fazer essa modificação.

A questão material que a gente discute é como você se preparar para uma olimpíada, Senador, você quer disputar as olimpíadas lá de Pequim. A próxima onde é que vai ser?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: E nós estamos lá... Londres. Estamos correndo os 100m rasos em 30 segundos e o recorde mundial são 10 segundos. Então agora para você sair de 30 segundos para 10 segundos não basta assinar o termo de compromisso, o atleta quer assinar o termo de compromisso, o termo de cooperação, mas ele precisa se preparar. E o que é que significa materialmente se preparar? Significa fazer projeto técnico, contratar fornecedor, o fornecedor, às vezes, tem fabricado, às vezes vai fabricar, implantar, desenvolver software,

testar e botar para funcionar. Não estamos discutindo aqui... Já tem uma coisa pronta e só depende de boa vontade, ou de mais empenho, ou de mais dedicação, ou de mais seriedade. Não é isso que nós estamos discutindo. Nós estamos discutindo que tem investimentos que são feitos e a implementação dessas coisas leva, infelizmente, um tempo material que é esse tempo dessas etapas que eu descrevi.

E aí o que nós queremos é mudar duas coisas: se hoje nós recuperamos, o Ministério Público, a autoridade policial recupera um percentual baixo dessas informações, nós queremos vir a recuperar 100% das informações. Então, nós precisamos elevar a taxa de recuperação. Taxa de recuperação é questão material técnica, não é uma questão nem moral e nem é uma questão jurídica, é uma questão material e técnica. E, além, da taxa de recuperação de passar de, sei lá, 40%, 50%... Quanto é hoje? Para o 100%. Significa implementar esses dispositivos. E, além, de melhorar a taxa de recuperação, nós precisamos melhorar a rapidez na recuperação. Uma coisa é você recuperar uma coisa que não existe, e aí precisa primeiro ter o dispositivo que grava em todas as situações, e aí é o projeto, implementação, etc. e etc. E outra coisa é a velocidade de implementação. Teve uma urgência, teve um risco de vida. Vamos fazer com rapidez. Então para essas coisas as empresas, pelo menos, no que diz respeito a Oi, nós já fizemos os estudos de viabilidade. Há condições de fazer isso. Já temos a solução no caso da telefonia fixa, diga-se de passagem, da telefonia móvel ainda há estudos que não chegaram à conclusão de qual é a melhor solução tecnológica para o caso da telefonia móvel, para o caso de 3G e etc. Então, provavelmente, o tempo de implementação da fixa será mais rápida do que o tempo de implementação da móvel, mas, independentemente, desse constrangimento técnico, constrangimento tecnológico, material de tempo, e de dependência de fornecedor e de implementação, nós queremos, sim. E, independentemente, agora já entrando no lado jurídico, independentemente de ter uma lei ou não ter uma lei, e sabemos que há o compromisso por parte de V. Exa. de desenvolver com a sua perspicácia, o seu empenho, dotar a nacionalidade de uma lei que preveja essas situações, mas independente da lei nós estamos dispostos, sim, a assinar um termo de compromisso, um termo de cooperação para que essas coisas sejam implementadas no tempo materialmente possível com questão do empenho, com o máximo de empenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): João, que tempo você acha que seria...

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Olha do ponto onde nós estamos hoje para a Olimpíadas de Londres o nosso cálculo lá foram doze meses. Agora, eu acho que tem uma evolução, porque o sujeito que está com 30 segundo para chegar em 10, ele antes

passa por 20, passa por 15 até chegar por 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Claro.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Nós podemos assumir compromissos progressivos de performance quanto à taxa de recuperação e quanto à velocidade de [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque eu acho que no termo de ajuste de conduta, você pode no termo mesmo colocar prazo e tal. Eu acho razoável. Eu estou falando que vai tirando a espinha e comendo o peixe. Vai, João, continua aí que eu estou gostando.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Agora, do lado jurídico, Senador, eu vou lhe pedir permissão, licença a V. Exa., porque eu sou um mero e mísero engenheiro de telecomunicações, não acendi a essa grandeza dos mortais...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E nem eu vi, João, eu queria ser advogado e não consegui. Você fez vestibular alguma vez ou não de Direito?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Direito não. Quem sou eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu fiz três vezes e não passei. Então você está melhor do que eu.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Você, pelo menos, se sentiu capaz de tentar. Eu nem isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu vejo o Dr. Tiago ali com 28 anos de idade é professor de doutorado em Direito. Eu fico pensando: meu, Deus do céu, o que é que esse cara tem melhor do que eu?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: O que eu ouço lá os advogados dizerem, e aí arrisco até a dizer bobagem, que eles dizem o seguinte: que ninguém é obrigado a fazer algo senão diante da lei. Eu fico na dúvida. Eu acho que diante de uma questão moral a gente é obrigado, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É, até porque na vida, existem momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. A graça tem que ser maior do que a lei num momento como esse. Então, é o seguinte: há que entender que a graça no momento que uma criança está sendo abusada, ela tem que ser maior do que a lei. Mesmo que a lei diga: não faça! A graça tem que fazer.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Agora, *data vênia*. Falando de advogado agora, *data vênia*, é o seguinte: as empresas já realizam quebra de sigilo, no caso do tráfico telefônico, o senhor conhece muito bem. Aliás, parêntese, tem até uma questão

curiosa aqui, Senador. Nós estamos discutindo em duas Comissões diferentes aqui no Congresso. É só uma curiosidade [ininteligível] para o senhor ver a linha estreita em que a gente tem que trabalhar. De um lado nós estamos discutindo aqui uma obrigação de como implementar medidas para quebrar o sigilo da comunicação telefônica, da comunicação via Internet. Hoje ela é quebrada de uma forma insuficiente, inadequada; e precisamos melhorar essa performance. Mas estamos discutindo em outra CPI como evitar a quebra do sigilo das Telecomunicações. Mas é porque isso é só um x que, na verdade, há um espaço de conformidade que do ponto de vista técnico tudo tem que ser preservado, e tudo tinha que ser quebrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas aí vocês vão se preparar tecnicamente para não ter invasão do bandido.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Também. Já é a proteção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Como não quebrar. Quer dizer, é proteger o cidadão. No caso aqui é quebrar para achar o bandido, para encontrar a bandido. Realmente, para vocês não é uma coisa fácil não, mas como a tecnologia voa e o homem é inteligente demais. Quer dizer, esses mecanismos... Eu achei que você ia falar mais tempo do que um ano, eu fiquei muito feliz porque você falou doze meses. E eu estou entendendo até que você botou margem aí para poder não ter problema mesmo, porque em uns seis meses resolve, não é João?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Não, seis meses pode começar a acontecer alguma coisa. Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pois é. Não, mas tem que ter a margem, é progressiva. Eu entendi.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Nós estamos falando de uma planta muito grande, de uma rede muito grande, Senador.

Agora voltando um pouco à questão jurídica, Senador, com toda a datíssima vênica... Mas veja, Senador, no caso da telefonia, da quebra de sigilo telefônico, nós quebramos aí, até somos acusados por termos quebrado um sigilo por ordem ilegal em 300 mil ordens judiciais em 2007. Número dessa ordem de grandeza aí e não há sancionamento previsto, e a coisa é feita com absoluta dedicação, seriedade, empenho, performance. Ninguém reclama de que demorou a quebra do sigilo telefônico por quê? Porque foram adotadas as medidas tecnológicas e implementadas para fazer isso. Então tem lá, tem sistema, tem processo, tem máquina, vai lá e faz. Agora, a lei, provavelmente, vai prever algum tipo de sancionamento. E tem um rito de sancionamento que eu não entendo. Então vou me preservar

um pouco não aprofundando essa questão de um termo de cooperação de ajuste, o quanto deve ter de sancionamento. Então se me permitir, V. Exa., eu sugeriria que nesse período em que vige o termo de compromisso que a gente pudesse trabalhar na lei da boa-fé, a lei do melhor esforço, do compromisso moral. E essa questão do sancionamento legal, penal que ele viesse junto com a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não entendi. Termo de ajuste de conduta não da pra fazer em boa-fé, João. Já andamos para trás aí agora. Não dá para fazer em boa-fé. Se você me fala nesse período de que reza um termo de ajuste de conduta de um ano até a adequação, e a partir de um ano com tudo adequado vai vigor as sanções do termo de ajuste de conduta. Se a gente for fazer na boa-fé, não precisamos assinar nada não. Não precisamos nem de papel. Olhamos um para o outro aqui. Estamos acertado. Estamos acertado na boa-fé. E vai todo mundo embora. Não precisa de nada disso. E perdemos muito tempo fazendo reunião. Então não tem. Eu acho que se é esse período que você fala de adequação de um ano não termos sanção para isso, a partir da adequação depois de doze meses aí, sim, começa a vigorar a sanção, aí estamos entendidos. Fora disso é um papo furado. Desculpe.

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: O que o João está querendo colocar seria a introdução no termo de um *vacatio* para implementação do ficar definido dentro do que está se compondo aqui nesta sessão. Durante o período de adequação às companhias, até por uma questão de coerência, quer dizer, eu não posso ser sancionado se eu já estou afirmando que eu não tenho condições de fazer agora e estou me adequando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas é isso que eu estou colocando. E até eu afirmei que esses doze meses podem reazar no termo de ajuste de conduta. Está lá no termo. Esses doze meses de adequação não têm sanção. A sanção é a partir da adequação e tal. Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Fala aqui para gente.

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Você pode pensar em algo para aquele que não se adequou no prazo estipulado, ou seja, mas sanções posteriores ao período de adequação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Você ainda está melhorando o texto mais ainda. Claro.

Eu conversei com o João aqui. Você quer reafirmar o que o Mário César já falou? Ou você vai desmentir o Mário César agora?

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Senador, longe de desmentir o presidente, porque eu não sou louco.

Antes de ponderar sobre algum ponto, Senador, eu gostaria de ouvi-lo. Como pai e avô que sou, ouvindo aí a sua fala de algumas barbaridades, eu pergunto: a lei, quer dizer, como trata um monstro desse como uma... Eu sou engenheiro também, então me permitam as falhas. Com uma lei que é só protelatória, na minha visão. Uma lei que dá margem a um encadeamento de defesa como a gente vê esse cidadão que matou uma namorada e que está solto até hoje, e não é...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):
Pimenta.

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM:
Pimenta. Sei lá quem é. Como é que se castra quimicamente um monstro desse sem apelação? Para não pensar em algo mais severo neste País?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu explico a você. Que bom que a gente está tratando dessa sensibilidade. Eu explico a você. Realmente, para nós, é A gente não tem legislação e o que a gente tem é ruim. Nós avançamos com a CPI. Vejam, nós temos pedófilos do mundo na nossa mão com a quebra do sigilo da Google.

O mundo chora isso tem quatro anos e não consegue. Existem ações e demandas nos Tribunais do mundo. A Índia então tem seu grande sofrimento, e nós quebramos o sigilo aqui, e ao abrir o senhor não tem noção do que nós vimos. E não há que ter noção como avô do que é feito com nossas crianças, e algumas crianças que enlouqueceram, sem que os pais soubessem, de imagens que são vendidas de 800 a 1000 dólares e que circulam o mundo inteiro. Então vejam, e nós não temos legislação, o que tinha era o 240, o 241 do ECA que tinha uma leizinha desse tamanhinho, e que o pedófilo normalmente preso, quando preso era, porque até nove meses atrás as pessoas achavam que nem tinha esse crime no Brasil antes da CPI. Eles eram soltos no bom comportamento. É, claro, não tem criança perto, ele vai embora no bom comportamento, ele vai sempre se comportar bem. Mas nós estamos criando o tipo penal agora. A posse do material pornográfico está criminalizada agora. Foi votada na semana passada em última instância na Câmara, e agora o Lula vai sancionar. Agora dá de quatro a oito anos a posse do material que antes não era. O pedófilo tinha o computador dele cheio, recheado de criança abusada e ele não podia ser preso. Ele não era bandido, a não ser que fosse pego teclando. Olha o fim do mundo nisso.

Então o que é que acontece? Nós quebramos o sigilo. A Polícia Federal do Brasil que avançou, das que mais avançou fazia busca e apreensão de computadores de pedófilos, fazia uma operação com o mundo, a última com 70 países, o mundo inteiro prendeu o seu

pedófilo. Nós buscamos o computador dele para poder fazer perícia para ele continuar abusando de criança. É um negócio de brincadeira. Um negócio de brincadeira. Nós estamos criando o tipo penal agora no Código Penal Brasileiro. O tipo penal a nossa proposta é 30 anos sem progressão de regime e mais rastreamento eletrônico até a morte, aqui no Brasil.

A castração química, castração química as pessoas pensam que é decepar o órgão genital do indivíduo. A maioria das pessoas onde eu explico pensa que é. Então é o seguinte: não é. Castração química é um redutor de apetite. Você vai fornecer o redutor de... Igual mulher que emagrece, toma redutor de apetite e emagrece. Mas todo mundo sabe que quando o sujeito faz dieta ele volta dobrado. E quando acaba o efeito de remédio como é que faz? Porque é redutor de apetite. O pedófilo vai dizer a todo mundo que ele é pedófilo? O SUS vai produzir esse medicamento para ele? Onde é que ele vai comprar? É receita azul? É um negócio meio complicado. Ele vai querer se identificar como pedófilo? Então veja, não é quimicamente castrar o cara, até porque pedofilia não está no órgão genital. Esse é outro problema. Pedofilia está aqui. Nós temos imagem de pai estuprando a filhinha de um ano de idade com o cabo de um martelo e se masturbando com a outra mão. Então não está no órgão genital. Eu tenho imagem do pediatra, que eu posso mostrar ao senhor depois da sessão aqui comigo, abusando de uma criança de 22 dias de nascido, estuprando a criança com os dentes.

Então não é o órgão genital. Quer dizer, pega uma mulher pedófila e vamos fazer o quê? Vamos costurar? Ela estupra com a unha, estupra com o dedo. Então, o que nós temos que fazer é o seguinte: quando nós criarmos o tipo penal nós vamos estar protegendo mais esse desgraçado do que a sociedade. Porque do jeito que vai o povo já começou a matar na rua. A gente já tem notícia na televisão: mataram um pedófilo. Foi espancado não sei aonde e tal e tal. E não vai ficar fácil a vida deles mais. Não vai ficar fácil. Então recolhidos eles estarão, pelo menos, com a vida preservada.

E existe o Mosesp 1 no meu Estado uma penitenciária só para eles agora. Só para eles. Porque, infelizmente, o único lugar que tem lei para pedófilo ainda é na cadeia, porque é um código de ética no meio dos criminosos, lá tem código de ética a ser seguido e nós não temos.

Eu estava andando na periferia num lugar, no meu Estado, não quero dar o nome do bairro, e o sujeito se aproximou de mim e falou assim: que coisa dura! O Brasil não tem lei. O sujeito analfabeto. Falou: graças a Deus, aqui tem muita violência no nosso bairro. Eu fico triste. Mas, graças a Deus, que, pelo menos, no nosso bairro lei para pedófilo aqui tem. Ele disse a mim.

Então é isso o que nós estamos fazendo. Quando a gente faz essa discussão que nós estamos fazendo aqui hoje, e é uma discussão interessante, porque tudo isso está sendo gravado, e isso vai para o ar depois, isso tudo que a gente está falando que a sociedade está vendo. Tudo isso contribui para um pai que está vendo o debate, para uma mãe, para um professor que está participando disso ou não. O cidadão simples que vê, que participa disso tudo. Então nós estamos trabalhando e é muito duro.

Esse termo de ajuste de conduta com a Google é um sacrifício do Ministério Público Federal de quase quatro anos, de advogado dizendo a eles: "não cumpram a lei! Não cumpram a lei do Brasil não!" E eles diziam: "nosso servidor está nos Estados Unidos. Não cumprimos lei aqui não." Como que não cumpre? O que é que diz o nosso Código Civil? Minimamente tem lei aqui. Diz que toda multinacional que põe os pés neste País ela vira empresa nacional e tem que cumprir a lei. Você tem Código do Consumidor, você tem Estatuto da Criança e do Adolescente. "Mas nós não cumprimos." Olha, só foi assinar o termo de ajuste de conduta quando a gente foi para o pau, que convocou, mandou a Polícia Federal buscar. Quer dizer, e isso serviu. Olha, nós temos um exemplo hoje, o Dr. Alexandre Hohagen, presidente da Google, que hoje coopera demais, hoje virou cooperador, a Google. Hoje ele foi promovido. Passou por esse aperto e foi promovido. Aperto serve também. Foi promovido e agora ele é presidente da América Latina porque assinou um termo de ajuste de conduta com o Brasil, a Google entendeu que agora vai ter que assinar com todo mundo, porque abriu precedente.

Então eu penso que se nos países ainda não tem o que nós estamos fazendo aqui e em alguns países, certamente, o que as empresas vão assinar aqui vai contribuir para as crianças da Argentina, para as crianças da Itália, para as crianças sei lá de onde, onde é que tem Oi, onde é que tem Tim, onde é que tem Claro e onde tiver. Eu tenho certeza que ao assinar aqui as justiças locais vão requerer que a coisa aconteça da mesma forma, e a gente está avançando, dando essa contribuição aí. E eu agradeço muito a sua fala que começou dizendo: e eu agora falo como avô e como pai. E é com esse sentimento que nós queremos escrever esse documento da melhor forma possível, sem estresse, entendendo a dificuldade das empresas quando falam em doze meses para poder criar a tecnologia. Ninguém aqui vai criar camisa de força para dizer: não, é amanhã. Nós vamos conviver com essa boa vontade, porque sabemos que podemos chegar a bom termo.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Então em relação a Tim e a fala do nosso presidente, Senador, de fato, a exemplo da fala do colega João de Deus, a Tim está totalmente, e como não podia deixar de ser, envolvida e engajada, ciente das dificuldades, está investindo uma plataforma específica para, acredito

que março, começar a fazer a capacidade de identificação de endereços IP. Agora, de fato, tem uma série de indagações que requerem prudência, porque aí a questão não é só vontade e desejo, mas empecilhos técnicos e jurídicos que todos nós, como cidadãos temos que entender e esperar. Então nesse contexto eu acho que não há como não apoiar a sua iniciativa, mas também confiante da sua sensibilidade e de bom senso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não tenha dúvida.

Eu passo a palavra ao próximo. Quem é o próximo? Vocês podem se...

OTÁVIO MARCONDES, REPRESENTANTE DA CLARO: Obrigado, Senador. Primeiro em nome da Claro, eu gostaria de parabenizar V. Exa. pelo extraordinário trabalho que está fazendo e com repercussões muito forte já na sociedade. O senhor pode ficar seguro e tranquilo que esse seu trabalho vai ser reconhecido por muitos e muitos anos aqui neste País.

É claro que a Claro, assim como a Tim e a Oi está totalmente disposta a fazer absolutamente tudo que for possível para poder implementar esse projeto, mas nós temos também... Tem um detalhe que eu gostaria de falar: as empresas móveis foram envolvidas nesse trabalho específico, já conhecemos o trabalho da CPI, mas nesse trabalho específico mais recentemente, há cerca de uns 10 a 15 dias para cá, nós não participamos das primeiras reuniões, ou seja, e houve um trabalho interno muito forte, muito recente de levantamento de...

A questão é a seguinte, Senador, nós queremos fazer, queremos fazer como manda o figurino, mas, obviamente, há dificuldades e a gente não quer também assumir um compromisso que a gente não possa cumprir adequadamente. Então, no nosso ponto de vista revistos os textos conforme esse termo de cooperação foi desenvolvido, nós conversamos com o Tiago e detalhes eu acho que já foram bastante bem ajustados, e nós estamos chegando num ponto bastante próximo da forma de a gente fazer. E eu acho que com essa colocação da Oi de a gente ter um período de adaptação e de ajuste da empresa de implementação, com certeza, a gente vai conseguir chegar lá. As empresas todas são muito experientes, tem feito trabalhos junto a Polícia Federal, Ministério Público e etc. já há muitos anos. Nós temos ajudado muito em outras CPIs, em outros processos. Então a gente acha que também nesse a gente vai chegar.

E dessa forma eu tenho a impressão que por esse caminho vai ser bastante possível de a gente dar a nossa cooperação, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado. Muito pertinente a fala. Campeão, você.

DIOGO NEVES, REPRESENTANTE DA VIVO; Excelência, eu queria agradecer. Estou falando em nome da Vivo. A gente tem cooperado bastante também nesse sentido, e temos participado de outros processos, especificamente, nessa CPI, apesar do acompanhamento a gente foi ouvido mais recentemente.

Já estamos trabalhando em cima do texto também. Eu sou engenheiro, e posso falar mais da parte técnica, sei que tem algumas questões jurídicas ainda que são algumas dúvidas que o pessoal gosta de fazer de uma forma coerente para os próximos também que virão para que possam se adequar e não viva uma celeuma de ter que fazer uma alteração depois, e que a coisa saia de uma única vez. Nessa linha eu acredito que total apoio da empresa para que a gente chegue nesse consenso.

Esse processo hoje já é um processo bem claro dentro da empresa, já existem áreas...

DIOGO NEVES, REPRESENTANTE DA VIVO: Tenho que tomar cuidado com essa palavra. Posso não ser eu o próximo...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Seja Vivo para não falar Claro.

DIOGO NEVES, REPRESENTANTE DA VIVO: Exatamente. E esse processo já é bem definido dentro da empresa. Já existem os setores específicos para fazer esse tipo de atendimento. Mas o acesso a Internet, principalmente, para móvel, é um acesso mais recente. O acesso a Internet móvel tem um volume ainda em escala reduzida no País, é uma tecnologia nova, e em virtude disso existem algumas adequações que precisam ser estudadas e bem acertadas para que não haja. Mas eu acho que com o prazo também tudo se consegue resolver dentro dessa linha, o que é possível, como, e o formato, tal qual já existe hoje para operações referentes à voz, por exemplo, interceptações que seguem a outra lei, a 9.296. Eu acredito também que alguns ajustes serão necessários ao longo do caminho. Isso tem sido natural. Mas em termo de apoio é total. A gente tem acompanhado agora mais recentemente. Eu vi que já houve outras alterações. Então vamos acompanhar a partir daí para seguir o mesmo caminho. Não vou ser mais extenso, porque eu acho que é o mesmo caminho dos colegas, mas deixo a palavra para os outros que já participam há mais tempo, e, talvez, tenham outras informações que nós aqui não temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Boa palavra. Obrigado. Eu acho que estamos caminhando para o mesmo...

Eu gostaria de... Algum batom vai falar ou não? Só falou calça comprida até agora. Vou deixar um batom falar agora. Depois você...

SRA. LARA PIAU, REPRESENTANTE DA TIM: Na realidade, a

minha colega já falou tudo aqui, o próprio presidente já teve a oportunidade de trocar umas palavras com o senhor. Mas eu tomo a palavra aqui apenas para falar um pouco como advogada, porque estou vendo que os colegas são todos engenheiros. Aliás, quero fazer aqui uma pequena observação, porque o deputado estava sentado aqui do meu lado e eu comentava com ele que eu sou uma advogada que rende todas as homenagens aos engenheiros. Se não fosse todo esse empenho de tantos anos dos engenheiros a gente não teria hoje uma tecnologia tão inovadora e tão surpreendente a cada dia. A gente conversa, por exemplo, que viajar para a Europa hoje tem sido cada vez mais fácil porque não só você tem um contato com todos e com a família como consegue, inclusive, receber mensagens e até quando o telefone está ligado recebe, no nosso caso um Tim ligou. É o que a gente comentava.

Mas o que eu ia dizer, Senador, isso aqui só foi um pequeno aparte, é que se é verdade que é necessário todos os cuidados e todas as organizações e os processos técnicos para que tudo aconteça da melhor forma e para que as informações possam chegar adequadamente após uma solicitação dentro desse processo que nós estamos discutindo, é também verdade que a forma e o procedimento jurídico deve ser observado também aqui, por favor, como advogada porque isso garante e preserva todo o processo, garante e preserva todas as partes envolvidas. E é só por isso que, muitas vezes, os advogados falam que precisamos observar a legislação, precisamos observar.

Então nesse cenário eu confirmo e reforço aqui o que o meu colega falou. Estamos absolutamente alinhados no estudo e no aprofundamento das condições aqui estabelecidas, e temos certeza que vai tudo acontecer da melhor forma. E eu tenho dito também pessoalmente e algumas vezes assim que nós temos aprendido muito nesse processo de evolução tecnológica, e esses debates nada mais são que do fundamentais para esse aprendizado e para que a gente possa entrar num processo de conformação que, mais uma vez, preserve todos os envolvidos e possa realmente dar informação e o trabalho que é necessário para amanhã todos realmente reconheça que foi um supertrabalho, um trabalho muito sólido e fundamentado. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço a palavra e concordo plenamente. Penso que dentro desse viés da discussão que está se dando aqui, as reuniões para frente com a assessoria da CPI dentro dessa visão colocada aqui e, certamente, com os respectivos representantes e o nosso grupo da CPI dentro desse viés discutir o melhor texto, o que se colocar no texto de preservação e de tolerância desses doze meses e de adequação das empresas, para que a gente chegue com um texto redondo, significativo para todo mundo, para que a gente possa fazer

uma audiência pública ainda muito maior. Eu imagino que lá na Interlegis, porque a Interlegis nós vamos entrar para o Brasil inteiro, até porque as pessoas do Brasil, das Câmaras de Vereadores, das Assembléias Legislativas do País estarão assistindo, e também o Poder Judiciário no sentido de que tomem conhecimento do que fizemos, a sociedade civil tome conhecimento do que fizemos, do que estamos fazendo nessa direção conjuntamente no interesse da sociedade. E acho isso maravilhoso, concordo plenamente e penso que a partir desse viés de discussão a gente vai fazer um texto de consenso e que vai importar significativamente para a sociedade.

Sr. Paulo.

SR. PAULO PIMENTEL, REPRESENTANTE DA EMBRATTEL:

Senador, sem querer ser repetitivo, mas, infelizmente, numa oportunidade como essa não há como não ser. A Embratel louva a iniciativa da Comissão. Temos acompanhado o trabalho da comissão não só por esse tema, mas por outros, a TV Senado faz com que toda a população tenha acesso ao trabalho. E é louvável. O João de Deus colocou muito bem quando ele separou essa questão em três segmentos, vamos assim dizer. Quanto à questão moral não há a menor discussão. Somos aqui pais ou se não somos pais ou mães somos seres humanos que estão, de uma forma, ou de outra envolvidos neste contexto.

Então a Embratel, realmente, tem participado desse processo, tem disponibilizado os técnicos como todas as operadoras têm feito. E isso por si só reflete o compromisso e o comprometimento da organização com um tema tão relevante quanto esse.

Todos nós aqui temos outras atividades, temos outras responsabilidades, e a despeito de tê-las estamos comprometidos esse trabalho através de reuniões e participando de discussões. E o interesse nosso, realmente, é que esse trabalho evolua.

A minha colega da Tim colocou também de forma muito precisa, eu sou advogado, e é um trabalho que tem, ao final, chegar tanto a uma solução técnica, quanto a um texto jurídico que comporte tanto as expectativas da Comissão e da sociedade, quanto também alguns aspectos legais. Então, acho que já evoluímos. Eu também, informalmente, antes do início da Comissão tivemos acesso a uma posição quanto a uma minuta, a um texto. Acreditamos que houve a evolução. A nossa preocupação é que esse compromisso seja, de fato, plausível porque há questões de natureza técnica e operacional que precisam ser enfrentadas e que precisam ser tratadas de tal maneira que ele não gere um contencioso, não gere um passivo, porque a nossa expectativa não é assinar um termo e com isso, lá na frente, gerar um conflito. Comentou-se aqui também por duas ou três vezes, o trabalho que as operadoras já fazem com a quebra de sigilo telefônico. Isso tem acontecido ao longo dos anos, se

evolui muito nesse aspecto. Hoje as operadoras desenvolvem um trabalho extremamente eficaz, um trabalho extremamente importante, tem colaborado dentro da legalidade com o atendimento às ordens judiciais. Então a nossa posição e resumo é nesse sentido de evoluir nessas questões. Reitero a preocupação que temos de que itens que são hoje objeto de preocupação das empresas e, certamente, tem contato com a sensibilidade da Comissão para que a gente possa transpor esses obstáculos e, ao final, chegar a bom termo. E acredito, eu, que a partir dessa minuta que foi discutida ou apresentada nós vamos conseguir evoluir mais um pouco e, quem sabe, até a nossa expectativa é que cheguemos, realmente, a um documento que contemple a expectativa de todos nós. Essa é a minha palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Fico muito feliz, até porque nesse nosso negócio, nesse nosso caso não é chover no molhado, não, não é ser repetitivo, não. É reafirmar e confirmar o desejo de todos nós, a direção um pouco de compreensão, de entendimento, embora, o mérito nos chama atenção para que tudo isso, se a gente pudesse e tivesse possibilidade faria ontem. O mérito é tão forte, é tão apelativo no sentido de que devemos estar ávidos, mas há que se entender também das dificuldades, mas há que se louvar a boa vontade de todos nós no sentido de caminharmos nessa direção, e eu penso que é aí que nós vamos dar um passo significativo.

E eu digo que todos nós somos passageiros, e hoje estamos e amanhã não estamos, hoje somos e somos ex em algum lugar. E se, realmente, essa coisa não estiver no papel, amanhã aparece um desvairado qualquer.

Eu recebi uma mensagem de um pedófilo que foi remetido para onde veio, e ele dizendo a mim, o pedófilo. Não sei se foi para a mão do Dr. Sobral também, para a Polícia Federal, não sei se chegou à sua mão, mas ele dizia a mim: "olha, eu li que o senhor mostrou algumas imagens para o Presidente Lula que chocou a ele, mas a mim não chocaria. Se tivesse a possibilidade de fornecer para eu me deliciar com essas imagens que eu possuo e gostaria de ter." Assinou, botou o endereço eletrônico e botou tudo que tinha direito. Tem muito peito o cara. Não é? Então como a gente tem doido para tudo. Amanhã aparece um doido que se a gente não põe no papel e diz: olha, daqui para frente a coisa é assim. A gente não pode medir o sentimento de ninguém. Nós todos estamos com esse... O que ocorre a nós choca e a nós faz sofrer, é possível que alguns outros não vai sofrer com nada disso.

Então é muito importante. E penso que esse entendimento nosso da CPI, essa compreensão é porque quem lida com combate ao crime, como é o caso do delegado federal ali fica mais angustiado do que os outros, o Ministério Público se angustia mais do que os outros,

e eu também entro em desespero, entro em desespero, e a nossa vontade é que tivesse sido feito ontem, e é depois de amanhã, rapidinho. Mas se a gente tem o consenso de que mesmo dentro desses doze meses, dentro da possibilidade que for acontecendo vai ser feito com essa dignidade e procurar fazer da melhor maneira possível, e a partir dos doze meses, como nós acordamos aqui, a gente terá essas sanções. Acho que nós estamos num bom caminho. Vai outro batom aí?

SRA. PATRICIA TEDESCO, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Alguém vai falar das Teles?

Primeiramente, eu queria registrar que eu não sou mãe ainda. Mas eu acho que não há necessidade de ter esse vínculo, essa relação para se sensibilizar com o assunto. Eu acho que é um assunto bastante sensível, sim, e é possível levar essa sensibilidade para dentro da companhia.

E eu acho que o espaço que foi concedido aqui é de grande importância, porque foi possível, digamos, colocar todas as operadoras numa mesma situação. E eu acho que foi de grande valia essa discussão entre as operadoras. Eu acho que todo mundo também acabou aprendendo muito, além, de a gente poder contribuir com esse trabalho tão honrado, tão honroso pela CPI.

O que eu quero dizer é que, realmente, diante dessa sensibilidade a Telefônica está, sim, reunindo todos os esforços. Está sendo, sim, realizado um trabalho de levantamento de questões técnicas envolvidas para poder atender de forma com bastante excelência aí o que vem sendo solicitado pela CPI. E atualmente a gente já vem desenvolvendo esse trabalho, e eu acho que o alto índice de atendimento da telefônica, eu acho que também demonstra essa atuação da companhia. E eu acho que não há como negar que o cenário atual do ponto de vista jurídico é um pouco nebuloso, sim. Agora eu acho que na condição também de advogada da companhia eu entendo que nós temos que buscar um bem comum, seja no sentido de resguardar a companhia na pessoa dos seus representantes, dos seus funcionários que realizam as quebras de sigilo, é muito importante o resguardo dessas pessoas, mas sempre ao encontro ao interesse social. Eu acho que nós estamos dispostos, sim, a poder atuar da melhor forma possível para compartilhar os interesses da CPI.

E acho que diante dessa oportunidade que a gente está tendo a gente está levando até envolvendo as áreas técnicas e internas da companhia. Estão todos sensibilizados, e acredito que a gente vá conseguir chegar num consenso aí para poder trabalhar em conjunto com vocês. Então, estamos aí dispostos a...

ENYLSON CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Senador, me permite um complemento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):
Permito. Fique à vontade.

ENYLSON CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Acho que vale registrar que todos vêm trabalhando há algum tempo atendendo as convocações das reuniões por parte desta Comissão, e vale registrar o espaço que foi aberto por esta CPI para que assuntos de tamanha relevância pudessem ter a sociedade civil organizada, as companhias ouvidas. Eu acho que esse é um espaço diferenciado, e isso precisa ser relevado em qualquer discussão.

Pela primeira vez as companhias se sentem honradas de estarem sendo convidadas para participar de um debate que tem como objetivo um assunto que sensibiliza a todos. Eu confesso ao senhor que parei na primeira fotografia que o senhor mostrou. Sou pai e não tive como continuar porque eu temi ver meu filho lá. Eu confesso isso ao senhor. E como as companhias são feitas por homens, por pessoas, por seres humanos eu acho que esse é um compromisso que está junto com qualquer outro compromisso, está acima de qualquer outro compromisso. Eu acho que a gente evolui bastante nessas discussões, nesses espaços que eu queria parabenizar ao senhor por ter sido fiador desse espaço de abertura para esta discussão, nós começamos num termo e fomos evoluindo dentro dele. Acredito que nós estamos muito perto de concluir essa evolução ou de chegar a esse tão desejado consenso, Senador.

Então eu vejo com bastante tranqüilidade esse processo que o senhor patrocinou, que o senhor abriu ou que a própria CPI também foi fiadora de poder ouvir as companhias e fazer uma construção conjunta.

Então, acho que por detalhes e esses detalhes têm que ser aprofundados para gente chegar nesse termo de colaboração. Então eu acho que a visão que eu tenho é uma visão positiva dessa evolução, desse trabalho que foi proporcionado pela CPI e pelos membros da CPI. Eu acho que nós estamos num detalhe de, realmente chegar nesse tão sonhado termo e sinalizarmos para a sociedade civil que ela quando junta esforços ela pode ser vitoriosa, seja ele qual o inimigo que estiver do outro lado.

Então, essa é a mensagem que a gente queria deixar em termos de telefônica também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu confesso que recebo a sua palavra emocionado, eu sou um homem emocional. Não faço qualquer esforço para esconder isso, e confesso que a sua palavra, a sua colocação eu nunca tinha ouvido. "Eu não quis ver as imagens porque temi ver o meu filho ali." E quando eu digo que o pedófilo é uma sombra, é alguém acima de qualquer suspeita, a sua fala, realmente, dá validade a minha fala. E eu confesso ao senhor que todas as vezes que nós temos quebra de

sigilo, eu penso que eu nunca falei essa frase, e acho que nenhum dos assessores da CPI nunca falou, mas eu confesso também que ao ver as imagens eu já temi ver alguém, meu sangue ali. Porque esses desgraçados não têm coração. Eu não sei como qualifica-los. Não tenho ainda direito. Já li muitos psicólogos e psiquiatras que dizem que precisamos ter muito cuidado ao tratá-los porque eles são doentinhos, e eu não sei. De tudo que eu já vi eu penso que se tem doença é 5% somado a 95% de safadeza com indignidade é igual a um pedófilo. E eles estão em todo lugar.

Então de maneira que a sua fala eu recebo com emoção e com temor, isso é muito forte. "Eu não vi, porque temi ver o meu filho ali." Então é dentro dessa visão que nós temos que caminhar. Nós não podemos perder esse viés e esse é o mérito da questão. Tudo é periférico. Vamos acertar o periférico para gente salvar o mérito, que são as nossas crianças fazendo todo o esforço possível.

Eu acho que recebo assim emocionado a sua fala. E eu, num primeiro momento, achei que nós teríamos uma sessão difícil, teríamos um momento difícil, tenso; não achei realmente que nós pudéssemos ir caminhando para o final de uma reunião como essa, tocados emocionalmente por conta desse drama que assola o mundo, esse cancro desgraçado que assola a sociedade brasileira. Eu agradeço a sua fala.

Eu não sei se mais alguns dos senhores querem falar. Eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): São os senhores convidados.

A Gisele da Vivo chegou mais cedo, ficou lá atrás. Mas pode sentar aqui, viu Gisele. Da Claro, não é? Eu vou passar a palavra ao...

CUSTÓDIO TOSCANO, REPRESENTANTE DA OI: Senador, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Opa! Fique à vontade.

SR. CUSTÓDIO TOSCANO, REPRESENTANTE DA OI: Aqui o jargão da Casa, Custódio da Oi. Antes que o senhor passe a palavra aqui a essa turma maravilhosa que a gente teve a oportunidade de trabalhar esses dias todos, e, para mim, pessoalmente, foi um grande aprendizado porque, apesar de advogado, sou muito novo e falta muito chão ainda. Então, o esforço que eles fizeram, toda essa paciência, todo esse trabalho a várias mãos, vai e volta, elabora, vê aqui e corrige ali foi muito produtivo para todos nós. Então, eu queria que eles soubessem, publicamente, que isso não passa despercebido, passa pela liderança do senhor, sem sombra de dúvida, pelo grande Gláucio que fez todos os esforços aí para poder botar todo mundo falando o mesmo idioma, mas para nós foi um

grande prazer, está sendo um grande prazer. Acredite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que bom. Eu fico feliz disso. E eu acho que também a CPI não teria chegado a lugar nenhum, e acho que as CPIs erram porque no afã eles começam e ninguém vai a lugar nenhum sem assessoria. Não É? E eu antes tive o cuidado de construir a base para poder a CPI chegar onde chegou. Não é? Eu sozinho, jamais, e nem com os outros senadores nós chegaríamos. Não é? E, realmente, eu agradeço o elogio feito aos procuradores, ao delegado, à delegada, cavaleira, ao nosso Ministério Público Federal e Estadual que tem sido a base de sustento da CPI.

Eu vou passar a palavra ao Dr. André ou Sobral? Então André.

SR. ANDRÉ UBALDINO, PROCURADOR DE JUSTIÇA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: Excelência, muito obrigado pela permissão que me deu de intervir, e desde logo, peço desculpas por ter achado que naquele instante a palavra nos era franqueada.

Eu vendo aqui as reiteradas manifestações de adesão ao projeto que não é de V. Exa., é de todo Brasil, e deveria ser de toda a humanidade. Eu fiquei a me perguntar: ora, se todos aderem tão francamente ao propósito por que estamos aqui? Por que várias reuniões se realizaram até que chegássemos aqui?

Eu carrego comigo uma característica que alguns têm como defeito, outros como qualidade que é uma absoluta franqueza que só se detêm diante dos limites da lei penal. Na realidade, o compromisso que aqui se firma no sentido de pronta cooperação ou de plena cooperação, está muito distante de ser aquele que se viu nas reuniões que aqui se realizaram sem a presença de V.Sas., Srs. Senadores, ao contrário, a arrogância de algumas empresas ou dos representantes de algumas empresas que são verdadeiras potências econômicas fez com que no geral houvesse o compromisso da cooperação. Mas a cada passo que dávamos não eram todas, é verdade, mas não faltavam aqueles que opunham obstáculos, os mais variados, para que nós não chegássemos ao fim da nossa empreitada, que haveria de ser se nos fosse [ininteligível] já ter entregue a V.Sas. muito antes inteiramente pronto e acabado um termo de ajustamento de conduta apenas para que os senhores o assinassem. A verdade, portanto, é que entre a declaração de propósitos e o seu efetivo cumprimento, muitas vezes, vai uma distância quilométrica, e eu temo que seja exatamente o caso. E esse temor se viu hoje estimulado por um fato que chegou ao meu conhecimento que é exatamente o de que tendo nós a duras penas, ouvido, inclusive, o que V. Exa. ouviu que foi a mais clara e mais contundente demonstração de arrogância que eu já vi oposta ao Poder Legislativo do país desde os tempos do Regime Militar, que hão de dizer: "Não, se nós pedirmos aqui vistas aos nossos Parlamentares

o projeto não vai adiante”.

Pois bem, depois de ter ouvido tudo isso e termos suportado isso, essas dificuldades, e eu engoli isso. Tomei conhecimento aqui. Se eu estiver errado haverá alguém, por certo, a me corrigir, talvez o Dr. Tiago que foi o portador dessa notícia, de que acordo se tinha chegado em torno de desde, salvo em relação às penalidades, ou seja, teríamos nós consumido todo o nosso tempo, o alinhamento à nossa família, os sacrifícios próprios dessa atividade, apenas para que chegássemos aqui e fizéssemos um acordo de cavalheiros. Isso é absolutamente impensável e inaceitável. Isso seria a própria rendição do Parlamento. Por consequência, fiquei eu a pensar: se era mesmo para dizer que a dificuldade era apenas temporal, se a dificuldade era apenas de executar prontamente o que se propunha, por que é que não se desceu do alto da arrogância que aqui se demonstrou e claramente não se propôs: olha, façamos tudo, sim, mas dentro de seis ou dentro de doze meses. Como fosse o caso. Certamente os senhores, se a isso tivesse procedido, se isso tivesse sido feito, V. Exas. não estariam aqui agora ocupando o seu tempo, e nem nós, tampouco, o nosso. Teríamos, sim, já ajustado esse ponto. E é preciso destacar isso, porque, do contrário, parecerá que fomos nós os incompetentes na condução dos trabalhos, especialmente, o Dr. Cabral que os dirigiu, desculpa, Sobral que os dirigiu e isso está muito longe de ser a verdade. E aqui são testemunhas os protagonistas disso, são os consultores do Senado.

Por consequência, se me permitem, V. Exas., uma sugestão, agora que já anunciaram que estão todos de acordo em relação aos pontos, eu sugiro a V.Sas. que tão prontamente, quanto possível, esse termo seja, de fato, assinado, seja, de fato, assinado, e que o seja com imposição das penalidades previstas, embora, sim, estabelecido um período de *vacatio* que a nós todos aqui consultados parece muito razoável que seja o de seis meses e não de doze.

É, de fato, um consenso que se estabeleceu entre nós a partir das dificuldades apresentadas pelas próprias operadoras. Mas é preciso que se destaque, de fato, que essa proposta aqui em momento algum foi feita, e que muito ao contrário, no instante em que tentávamos negociar em nome do Parlamento que foi quem nos convocou para ele servir o que encontramos aqui foi a arrogância, não de todos, é claro, alguns se comportaram com absoluta lianesa que era, aliás, o que se esperava, lianesa, aliás, que hoje se exibiu não por acaso diante da S.Exa., o Senador Presidente e de S.Exa., o Sr. Sub-relator. Eu só lamento é que essa lianesa(F) de trato, essa cortesia, essa gentileza e esse profundo respeito ao Parlamento se exhiba na sua frente, sim, mas não, necessariamente, em todos os instantes. É o contrário exatamente daquilo que recomenda num cidadão, especialmente, em cidadãos que testemunharam há poucos anos um desrespeito profundo ao Parlamento Brasileiro e que não se

deseja ver reinstalada entre nós.

São as considerações um tanto, talvez, longas que eu deveria fazer, mas fruto um tanto da indignação de ver exatamente isso que as dificuldades que foram apresentadas, e as facilidades, as oportunidades que foram postas apenas nesse momento o são especialmente as soluções para os problemas.

Pedindo aos senhores desculpas pela minha franqueza. É o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradeço a fala. Eu confesso que eu achei que eu que ia fazer essa fala aí, mas eu achei que estava tão bom, e aí o espírito de Suyama o pegou ele.

SR. ANDRÉ UBALDINO, PROCURADOR DE JUSTIÇA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ... Apenas um registro, mas eu concordo com o senhor, o clima está absolutamente bom. Devemos esse clima a presença de V. Exa. e a presença do Senador Virgínio. É preciso que se diga isso. Por um dever de franqueza e lealdade que a nós não pode faltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas eu acho que as pessoas, a autenticidade é absolutamente importante. O preço da autenticidade é alto demais, mas os autênticos dormem bem, os hipócritas dormem muito mal, porque os hipócritas são camaleões, eles ficam da cor da situação para poder se autoprotger. Eu também sou dessa forma, mas penso que até a fala do Dr. André procurador de Minas Gerais assessor desta CPI contribui para o que nós colocamos aqui. E eu disse que no começo que nós arrumamos uma espinha, mas nós não vamos parar de comer o peixe, e eu acho que a referência dele é essa espinha que se deu no meio do caminho, que nós acabamos de tirar. Mas, graças a Deus, caminhamos para um consenso, que o lucro é da sociedade brasileira.

É o Dr. Tiago ou a Doutora... Está representada não é?

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Senhores, boa tarde. Mas eu acho que o meu colega ali, o Dr. André acho que já bem falou, já representou aqui o espírito--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): De Suyama.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Do grupo. Então, eu faço dele as minhas palavras com toda franqueza dele já reputo as minhas também. Então, sem nada a acrescentar, por hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu digo o espírito de Suyama, só para os senhores... Eu sei que os

senhores ficaram... Mas, olha o espírito de Suyama eu digo é porque quando nós... O Suyama brigou quatro anos com a Google em São Paulo, Procurador de São Paulo, e a briga era dele. Então, quando decidimos que íamos assinar o termo de ajuste de conduta o Suyama pediu a palavra no final, depois de tudo acertado e soltou os bichos. Mas isso faz parte, faz parte e eu sou até mais bravo que o André, e hoje estou sorridente. Você vê como é investido os troços. Imagina se eu tenho todo esse espírito também hoje aqui. Mas eu acho que faz parte e contribui. Dr. Tiago.

SR. THIAGO TAVARES, PRESIDENTE DA SAFERNET BRASIL: Sr. Presidente, muito obrigado. Senhoras e senhores. Eu gostaria de fazer um encaminhamento a V. Exa., uma sugestão de encaminhamento para dizer o seguinte: eu sou um otimista e eu, realmente, estou otimista de que nós vamos conseguir chegar a um bom termo, e que o esforço empreendido pela CPI terá um fruto muito positivo para aquele objetivo que é um objetivo comum, e que já foi aqui amplamente debatido e em outras audiências públicas e na série de reuniões que nós tivemos com os representantes das empresas. E dizer, Sr. Presidente, o seguinte: o meu otimismo advém de um fato concreto. E esse fato é o seguinte: há cerca de... No dia 26 de agosto quando foi realizada a primeira audiência pública com as concessionárias de telecomunicações nós tínhamos um problema gravíssimo que era a falta de padronização do fornecimento dessas informações, e, principalmente, a ausência de informação em relação a muitos dos casos investigados por esta CPI. E naquela ocasião nós não tínhamos absolutamente nada, hoje passados dois meses nós temos um documento com 11 páginas, uma minuta de um documento com 11 páginas em relação ao qual já existe consenso em quase 90% desse texto.

Então, quero dizer, nós evoluímos muito de lá até aqui. De modo que os 10% em que ainda não há consenso a minha proposta de encaminhamento é que sobre a liderança de V. Exa. e do Senador Virgínio que a gente possa ainda hoje trabalhar na revisão dessa redação para que a gente possa trabalhar na discussão, no aprofundamento da discussão sobre esses 10% do texto sobre o qual ainda não há consenso, e que a gente consiga ainda hoje chegar numa redação final para que as empresas tenham tempo de dois ou três dias para circular esse documento internamente, conseguir a aprovação dos respectivos departamentos, departamento jurídico, a presidência da empresa, e a gente tenha condição de assiná-lo na próxima sexta-feira ou, no mais tardar, na próxima segunda-feira, véspera do congresso mundial que se inicia na terça-feira dia 25, e que a gente possa já apresentar não só ao Brasil, mas ao mundo todo que estará representado no congresso mundial os avanços que o Brasil tem conseguido em relação a esse tema e o comprometimento que as empresas têm e que assumiram em relação ao seu papel social, e ao seu papel no âmbito dessa questão. Então essa é a minha

proposta de encaminhamento que, obviamente, fica a critério da decisão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):

Diante da palavra do Dr. Tiago que fala em nome da assessoria da CPI eu gostaria de solicitar aos respectivos representantes das empresas que no momento então que eu suspender esta Sessão, ou encerrar a Sessão, penso não sei onde é que acontecia as outras reuniões, se aqui ou na quarta secretaria. É aqui? E aí eu acreditando no que tratamos, eles me pedem para fazer uma discussão de meio termo com os senhores, porque o termo de ajuste de conduta falava em seis meses, e o João propôs um ano. E, a princípio, eu achei razoável, mas qualquer esforço de que se faça isso em oito meses, nove meses, que se fique no meio termo, eu não sei.

Que nós precisamos achar é o melhor caminho, e que antes dessas sanções do prazo determinado que as empresas se esforcem no sentido de responder a justiça nesses casos escabrosos e de risco que envolve a criança brasileira, e eu acredito, sim, nessa sensibilidade. Mas que juntos, uma vez que o termo todo foi discutido e escrito junto a essa concordância toda até chegar na espinha foi junto, a CPI fomos juntos, e eu penso que essa discussão a partir de agora, como propõe o Dr. André, e o Dr. Tiago e eu concordo plenamente para que nós possamos dar celeridade porque o congresso mundial começa dia 25, é um congresso mundial sediado pelo Brasil, e acho absolutamente importante que, além, da sanção do Presidente Lula e nós estamos cercados de multinacionais, nós entreguemos o Brasil a essa disposição que parte do mundo não tem. Achei absolutamente importante. E como os senhores conhecem a matéria com profundidade é um ajuste de redação no entendimento daquilo que nós colocamos aqui, e eu posso encerrar esta Sessão e, imediatamente, o João fez uma proposta aqui que o Dr. Tiago concordou, Você pode falar, João?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Era só um pequeno ajuste na proposta do Tiago, na qual eu concordo. Eu não sei se os presentes homologariam, mas dizer o seguinte: eu acho, pessoalmente, complicado uma discussão de um texto num prazo curto com 15, 18 pessoas, é materialmente difícil de fazer o ajustamento. Talvez, o mais prático fosse a gente, aproveitando a proposta dele, colocar um grupo menor, vamos dizer, três ou quatro representantes das empresas fixas, móveis, provedores e etc., junto com um grupo também menor por parte da Comissão para hoje tentar identificar esses pontos, trabalhar ainda hoje na proposta de texto. E aí vai até a tentativa de fechar um texto base, e esses representantes então voltam para uma discussão amanhã com as demais empresas e os demais participantes, e marcaria aí na quinta-feira um retorno para tentar fechar o texto base, fechar o texto base se faz a validação com as empresas na sexta-feira ou no, máximo,

segunda-feira para chegar num termo comum. Mas, então precisaria acho que na redação inicial ter uma comissão menor do que o conjunto inteiro para ser mais prático o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Você propõe a nossa Comissão então que seja o Ministério Público, a Polícia Federal, e que é o normal nosso e os técnicos da CPI, que são os técnicos do Senado.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E da parte de vocês?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Das empresas seria algum representante das fixas, tem ali um representante da ABRAFIX. Não sei se tem alguém da Cell aqui que poderia estar discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A Adriana.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Da Abranet não sei se tem alguém. Agora isso precisa ser validado porque tem várias companhias aqui. Eu acho que a discussão num grupo menor para tentar chegar a um texto mais enxuto a ser validado com as empresas e retornar com as observações para tentar chegar ao texto final, para, finalmente, passar pelo jurídico e etc. Talvez devêssemos dar quatro passos. Passo nº 1: estreitar a discussão hoje, identificar e evoluir na aproximação de um texto de referência. Passo nº 2: discutir internamente nas empresas como é que se chega ao texto de referência. Passo nº 3: reunir agora de volta com a mesma comissão para fechar o texto de referência. E passo nº 4: a validação final nas empresas o texto de referência. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quem foi que pediu primeiro? Você está declinando a sua fala?

EDIVALDO MIRON DA SILVA, REPRESENTANTE DA ABRAFIX: Senador, na verdade, só uma observação que o Dr. João até já esclareceu. Mas nós recebemos esse texto na sexta-feira, e fizemos. O Gláucio, inclusive, nos passou, conversamos e trabalhamos nisso um pouco no final de semana. Agora não sei se as outras empresas tiveram essa oportunidade. Nós trabalhamos no final de semana nisso, mas eu não sei se as outras empresas tiveram essa oportunidade.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: É isso que eu ia dizer.

EDIVALDO MIRON DA SILVA, REPRESENTANTE DA ABRAFIX: Então nós recebemos esse texto já com algumas modificações e estamos recebendo agora. Exatamente por isso esse

tempo para poder trabalhar nos conceitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Penso que essa primeira reunião aqui, eu acho que a proposta do João é boa. Essa proposta de tirar representantes. Mas eu posso fazer uma contraproposta e achar que eu encerro aqui agora, quando encerrar e essa primeira reunião se dê com todo mundo. Eu passo a palavra a você, doutora.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Senador, eu só queria esclarecer. Não sei se eu não compreendi bem, porque me parece que no começo da reunião, não sei, os que estavam aqui, me deu uma impressão que havia uma concordância quanto aos termos, as cláusulas do termo, e só não haveria uma concordância em relação à implementação das medidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É a informação que eu tenho.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: E até se falou em um ano, depois nós falamos aqui em seis meses. E agora me parece que haveria uma nova discussão sobre as cláusulas. Não sei se é isso que o SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI tinha colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, não, não; não foi isso que o João disse não. O João disse foi exatamente, nós estamos na direção, o que nós discutimos aqui foi exatamente esse tempo de implementação. Entendeu? Para arredondar isso aqui--

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Porque as cláusulas já estão discutidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --Porque havia sido acordada.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Já estão acordadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Então, eu queria deixar isso bem claro perante o senhor aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque se nós formos discutir outro texto, criar outro texto ai vamos encerrar a CPI.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Claro. Então eu queria que ficasse bem claro perante o senhor, tudo, o comprometimento de todos que estão presentes que quanto às cláusulas então estão todos de acordo. Só haveria

discussão quanto ao tempo de implementação. E aí nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E o texto disso da preservação das empresas e tal dentro desse tempo e a sanção a partir de doze meses.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Ou a partir do tempo que fosse necessário, porque aí eu já falo ao contrário do senhor, eu não tive o privilégio de ser engenheira técnica, como ali o SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI, não tenho o conhecimento técnico, mas penso eu, lendo aqui as cláusulas que nós formulamos, que cada um tem uma especificidade. Então, me parece que um ano para uma determinada cláusula, seis meses para outra. Até o SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI falou numa progressividade. Então, eu acho que algumas cláusulas poderiam até ser, não sei, implementadas, de imediato, outras daqui dois meses, outras daqui três, e, assim por diante, até um prazo máximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É isso vocês têm que discutir juntos para não ter dificuldade.

Entendo até que o João botou um ano com margem de erro para não dizer assim: é daqui a seis meses e não cumprir. É daqui a sete meses e não cumprir. Acho até que botou a margem lá para poder dizer: olha, aqui tem tempo, aqui dentro tem tempo para fazer. Pode acontecer depois de amanhã, mas pode acontecer no décimo primeiro mês. Eu não sei se é isso que o João quis dizer e foi isso que eu compreendi.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Não, Senador, quer dizer, esse prazo de doze meses eu citei a partir de uma avaliação da nossa companhia quanto a um projeto que a gente já tem de implementação, e quais são os prazos usuais de fornecimento dos fornecedores e implementadores de soluções, quer dizer, é um prazo extraído de algo mais material. Evidentemente, que um prazo de doze meses a gente pretende concluir o compromisso. O que eu falei da progressividade é que pode ter um Estado ou outro em que o fornecedor implante lá em junho de 2009 já esteja funcionando em algum Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Certo, João, essa é a margem de erro. Você não usou a frase, mas é isso que está posto. Até porque todo mundo abraçou o que você falou. Quando você falou doze meses todo mundo meneava a cabeça com concordância e tal. Eu estou disposto a pagar esse preço, embora, a minha palavra diverge da assessora da CPI completamente com relação a tempo. Mas eu estou disposto a fazer essa concessão para que nós assinemos de boa-fé, de bom trato o termo de ajuste de conduta protegendo as companhias, quer dizer, e com a garantia de que elas estão se esforçando ao longo de primeiro mês, do

segundo, do terceiro e que quando chamada pela Justiça não se negava a ir com o que tem, com o que já está posto de responder com a justiça ao longo desses doze meses que vai ficar... Eu vou pagar o preço com a assessoria de assumir. Sei que não é o interesse da Polícia Federal, porque a Polícia Federal quer para ontem, como eu também queria, não é um texto que o Ministério Público Federal, porque o Ministério Público Federal queria para antes de ontem, como diz na Bahia. E eu também. Mas eu estou com meu medidor de compreensão querendo que nós caminheemos e façamos um texto que não nos leve à dificuldade do extremo. Por isso eu acho que é preciso ter uma reunião conjunta. Agora repassem o texto que, minimamente, é do conhecimento de todos. Não fosse assim algumas palavras já teria vindo de contestação do texto em si e não veio. Houve concordância do texto para todos. E a única discussão é com relação, realmente, a sanções, vamos discutir isso que se dará a partir dos doze meses com proteção das empresas e muito mais com proteção das crianças.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Senador, se o senhor me permitir. Quando as operadoras dizem que precisam de um período para se adaptar isso não significa que elas não pretendam cumprir rigorosamente o que está previsto aí. Significa que, provavelmente, alguns prazos ela não tem condições de cumprir, sei lá, nos primeiros dois meses, ou três meses, e depois passam a cumprir. Alguns compromissos vão ter que se ajustar, vão ter que se adaptar, vão ter que investir para que consiga chegar lá. Então ao longo desse período as coisas vão melhorando, ao longo de tempo. É possível que boa parte desse... Seria alguma coisa assim: eu tenho que entender em duas horas aqueles casos mais rigorosos.

Então, possivelmente, a gente vai conseguir atender 90% em duas horas, no começo, depois 95, depois 97, e, talvez, depois de um ano 100% todos os casos a gente consiga atender em duas horas. Quer dizer, um período, há um percentual que vai melhorando ao longo desse período que eu acho que até o Dr. Sobral, o pessoal do Ministério Público, eu acho que até a gente pode ir acompanhando ao longo desse período fazendo avaliações periódicas, a cada dois meses, ou a cada três meses a gente vai avaliando como as empresas estão cumprindo com essas metas desses objetivos que a gente está saindo daqui, para que daqui a um ano a gente tenha certeza absoluta... Talvez até consiga fazer isso em menos tempo do que os doze meses, mas pelo que a gente consegue medir hoje é, mais ou menos, o tempo que a gente deva gastar para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele pediu primeiro. Depois a Dra. Ana. Você primeiro, depois a Dra. Ana.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Só um esclarecimento à sua assessora. No caso da Tim nós não conhecemos esse documento que foi discutido ali fora. E o nosso engajamento a

uma proposta do setor foi absolutamente voltada na crença do que ouvimos. Melhorou muito. Temos ainda algumas dificuldades e essa proposta... Longe de querer problematizar com o delegado, não foi, sequer discutida aqui... Você falou doze meses. Eu não sabia. Eu acho que é um prazo bastante razoável de se buscar construir, realmente, aquilo. E lembrando que como você bem falou, João, a telefonia fixa já tem uma competência muito mais madura nesse assunto do que a própria telefonia móvel. Então, realmente, quer dizer, dentro de um processo de construção acho que preservar esses doze meses, independente, do que se possa ganhar de forma antecipada, é dentro daquilo que eu lhe pedi da sua sensibilidade e bom senso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dra. Ana.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Só para fazer uma observação. Nós do Ministério Público, o pessoal da Polícia Federal; todos temos uma razoabilidade nas ações, a gente sabe dos problemas das empresas, as dificuldades da implementação, questão de tecnologia, enfim. Já por isso na própria cláusula da sanção prevê que ela só é aplicada se o descumprimento não for justificado, quer dizer, se houver uma justificativa: "olha, nós estamos implementando..." Talvez não haja necessidade do prazo de um ano, pode-se colocar um prazo menor e se naquele prazo houver ainda alguma dificuldade, há uma exceção aqui na cláusula da sanção que ela não vai ser aplicada, porque vai ser justificado. É diferente do descumprimento...

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Desculpe, doutora, aí a gente já sai devendo, já sai culpado. A gente sabe que não vai cumprir antes de x meses, se a gente se compromete a se justificar porque não vai cumprir, então já saímos culpados.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Mas pode ser que cumpra algumas delas, não todas, mas algumas delas naquela progressão que o senhor mesmo tinha sugerido no início, de talvez... O senhor falou que algumas seriam doze meses, mas outras poderiam até ser antes. Então se houver uma margem de erro de um mês para mais, um mês para menos, enfim, tem essa exceção que a empresa vai poder se justificar, e aí, claro, justificando de forma técnica: foi impossível, por isso, por isso e por isso, já cumprimos 80%, 60%. Isso aí está dentro da razoabilidade de quem está firmando o TAC.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Doutora, me permita. Nós estamos acostumados em ser fiscalizados há muitos anos. Nós temos uma agência reguladora que nos fiscaliza em absolutamente tudo que a gente faz. E quando existe uma

cláusula desse tipo de que a empresa pode justificar aí nós vamos entrar numa outra seara: o que é justificativa, o que é justificável, e o que não é justificável. De repente, a gente está... Sinceramente, eu não gostaria de usar essa cláusula não. Eu gostaria de atender...

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Além disso, a justificativa há de ser uma exceção e não uma regra. Então, assim, se realmente for necessário justificar, a gente vai justificar.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Provavelmente, no começo nós vamos realmente ter que justificar em quase todos os casos, porque nós vamos ter problemas no começo, depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Doutora. Depois o Dr. Tiago, depois o Dr. Sobral. Depois dela, o Sobral, depois o Tiago.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Eu gostaria de ponderar isso também. A gente, de fato, não teve acesso ao texto, de modo que a gente recebeu aqui, e nossa pressa também em resolver isso. Mas até por conta de outros compromissos que a gente tem. Eu sugeriria que a gente não discutisse tudo hoje, mas que a gente tivesse um mínimo de tempo só para levar para a área técnica, de hoje para amanhã, por exemplo, e fazer os últimos comentários. Mas, mais uma vez, está confirmado o nosso compromisso de fechar o documento da melhor forma possível. Apenas por uma questão até de lealdade à nossa equipe técnica de levar e dizer: olha, nós estamos indo nessa linha. Precisaria, pelo menos, de um dia a mais para não fechar aqui agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sem problema. Dr. Sobral.

SR. CARLOS EDMUNDO SOBRAL, DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL: Sr. Presidente, Sr. Senador, senhoras e senhores. É só ratificar as palavras do Dr. Luiz Otávio e também os demais colegas, e ressaltar a importância da comissão de acompanhamento e prevenção a crimes contra criança e adolescente prevista no termo, para que a gente consiga implementar um ambiente de real e efetivo mútua cooperação entre as instituições, as empresas, e que nós sociedade, Estado, instituições, setor privado, setor público e terceiro setor consigamos resolver nossos problemas no ambiente de conversa, de articulação, de cooperação. E que nesse prazo, acredito que nós temos a eminência de fechar esse termo, e, sem sombra de dúvida, ele vai ser fechado, esse assunto está bastante claro nesse sentido, e que a gente consiga acompanhar, propor, trocar experiência, aprender com as empresas, as empresas aprender com os nossos problemas, que aí nós consigamos instaurar no Brasil um

ambiente de cooperação real que não fique somente num termo, numa promessa, e que a gente mude a nossa realidade, que a gente consiga encontrar soluções cada vez mais rápidas. Hoje, talvez, se é necessário seis meses, quem sabe, doze, mas instaurada a Comissão, instaurado esse novo modelo de solução de problemas, que a gente não precise mais aguardar acontecer problemas graves como nós tivemos, nós experimentamos nos últimos anos, e que nós sociedade consigamos, sim, resolver nossos problemas sem necessidade de saltos, que a gente consiga ter um ambiente efetivo, um ambiente permanente de cooperação da sociedade, do Estado e das instituições. Acredito que a gente conseguirá, sim, alcançar esse modelo que também não estaremos inventando nada, é um modelo que está sendo adotado nos países já mais um pouco avançados, e que nós, a partir, da assinatura deste termo e depois com a aprovação, se tudo caminhar nesse sentido, do Projeto de Lei que será apresentado, a gente então implementará no Brasil uma nova era na defesa da criança e do adolescente e de todos os crimes praticados através da Internet. Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):
Agradeço, Dr. Sobral. Dr. Tiago.

SR. THIAGO TAVARES, PRESIDENTE DA SAFERNET BRASIL: Sr. Presidente, apenas para reforçar que já existe consenso em mais de 90% do texto. E algumas medidas aqui previstas já podem entrar em vigor imediatamente após a assinatura, são aquelas medidas que não demandam aquisição de equipamentos, e, tampouco, demandam desenvolvimento de software que são aí os óbices colocados pelo Dr. João de Deus na sua fala inicial. Medidas como, por exemplo, fazer periodicamente chamadas contra a utilização da Internet para a prática de crimes contra crianças e adolescentes por meio de qualquer veículo de comunicação de que disponham para o seu contato com os usuários, ou seja, orientar o usuário do serviço de como utilizar aquela rede de maneira segura. Essa, por sinal, é uma proposta que vem sendo reiteradamente feita por diversos Senadores aqui da CPI, a exemplo de V. Exa., a exemplo do Senador Virgínio, a exemplo do Senador Geraldo Mesquita, e que essas campanhas, ou seja, orientar o usuário do que é crime, de como ele deve usar uma sala de bate-papo, como ele deve usar um fórum de discussão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):
Cumprimento de um papel social.

SR. THIAGO TAVARES, PRESIDENTE DA SAFERNET BRASIL: Um papel social. Isso não demanda investimento em equipamento e, tampouco, em desenvolvimento de software. Cláusulas como essas podem ter vigência imediata. A comissão de prevenção e atendimento, também já pode ser instituída e já pode começar a trabalhar num cronograma de reuniões em um regimento

interno, a questão da padronização dos logs. Nós temos um problema concreto aqui nesta CPI que é a dificuldade de tratar essa informação quando ela chega de forma despadronizada. E se a gente consegue definir um padrão para o fornecimento dessas informações isso vai ser determinante para o sucesso das investigações da CPI que estão em curso e que vão se avolumar com a chegada dos dados oriundos das últimas quebras de sigilo.

Então, Sr. Presidente, apenas para deixar claro que a maioria das cláusulas previstas no termo de cooperação, na minuta que já foi circulada já existe consenso, e que pode entrar em vigor imediatamente, porque não há necessidade de investimento em equipamento, e, tampouco, desenvolvimento de software. Aquelas que demandem investimento em equipamentos e desenvolvimento de software há uma proposta feita pelo Dr. João de Deus, em se fazer um escalonamento progressivo. E aí eu quero também lembrar que a situação das empresas não é homogênea, existem empresas que já fizeram esse investimento, que já têm esses softwares desenvolvidos, que já têm esses equipamentos adquiridos e em funcionamento, e que essa situação não é homogênea, e essa é uma constatação que foi colocada pelas próprias empresas nas reuniões que nós tivemos aqui ao longo dos últimos dois meses.

Então, eu tenho certeza, que se a Comissão se reunir e trabalhar em cima dessa redação para fechar esse documento a gente tem condição de fechar isso ainda hoje e com o compromisso de todas as empresas aqui temos condição de assinar isso na próxima sexta-feira, quiçá, na próxima segunda-feira, dia 24, véspera do congresso mundial, quiçá, na melhor das hipóteses, na próxima sexta-feira ainda nessa semana.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Presidente, posso? Eu acho que não há divergência, vamos dizer material, só procedimental, vamos dizer assim. Porque, evidentemente, que há itens que nós, acredito que a maioria das empresas concorda em implementação em três meses, em seis meses, em nove meses, em doze meses; há essa progressividade natural. E aí eu não escapo do meu determinismo de formação de engenheiro que para mim isso deveria estar formulado de forma absolutamente precisa para não ficar dúvida para os futuros interpretadores desse termo de compromisso. "Ah, esse aqui está comprometido ou não está?" "Não. Está nos doze meses ou não está?" Nós tínhamos que ser, absolutamente, preciso quanto a cada obrigação em cada parte para que a gente se esforce um pouco mais agora na partida, mas garante que o jogo vai ser jogado para o resto da vida. Então é só uma questão do procedimento. Então, nós estamos vendo que tem empresa que ainda, sequer, leram o texto, tem uma nova versão do texto. Eu acho que a gente pode fazer um esforço ainda hoje, sim. Eu acato a sugestão do Senador de que a gente pode fazer uma

discussão mais exaustiva do texto até coletivamente. Não sei se na hora do ajustamento do termo, do ajuste do termo é eficaz vinte pessoas discutindo o adjetivo, o advérbio, o tempo e tal, o formato. Eu acho que a comissão ainda se impõe para fazer um formato mais próximo daquilo que a gente pretende validar isso nas empresas e voltar para um ajuste final e aí convergindo.

Então, eu acho que, pelo menos, três ou, idealmente, quatro passos seriam necessários para gente fechar esse documento como um todo, com segurança e com tranquilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):

Objetivamente agora. Objetivamente. Eu imagino que é importante essa reunião hoje ainda, agora, como concordo com ele, em havendo concordância dos senhores que se tenha uma outra reunião amanhã com um grupo menor de pessoas, em havendo esse entendimento; em não havendo que se reúna com os vinte... Mas é importante que nós caminhemos, uma vez que o primeiro degrau não estamos pisando hoje. Nós já andamos, nós já subimos uma ladeira aí na discussão desse documento. Então, objetivamente, já que eu não vou colocar em votação, os senhores não votam aqui. Os senhores concordam que tenhamos uma reunião com todos hoje? E depois, em seguida, se os senhores acharem, tira-se um grupo menor para reunir com o grupo da CPI. Então, em seguida, ao encerrar esta Sessão, e aí continua a reunião dos senhores. E eu então convido a assessoria da CPI que venha para cá, de maneira que vocês fiquem frente a frente aqui, e se acerte o detalhe disso, se necessário amanhã um pouco. Agora, volto a dizer que é muito importante que nós assinemos, e importante que nós, no congresso mundial, o Brasil tenha um pouco mais para apresentar, já que nós vamos apresentar ao mundo o que nós precisávamos, a princípio, que são algumas tipificações de conduta e a criminalização da posse do material.

Antes de encerrar esta Sessão eu gostaria de sugerir aos senhores, às empresas dos senhores. Eu sei que vocês têm muita dificuldade financeira... Não, eu falei os senhores e não as empresas. Nós temos dificuldades, não as empresas. Há um grande movimento no Brasil chamado: Todos Contra a Pedofilia. Pedofilia é crime. Denuncie.

O Brasil inteiro está vestindo essa camisa. Essa camisa foi feita por um grupo de apoio à adoção De Volta para Casa, um grupo de Minas Gerais. Como empresas têm feito, como... Eu encontrei um empresário no aeroporto e ele falou: "olha, eu tava no hotel com a minha família e vi o senhor dando uma entrevista agora na Bandeirante. Esse é meu genro e minha neta. E eu gostaria que o senhor fizesse uma foto com meu genro, com minha filha e minha neta. Eu sou empresário no Paraná e eu acabei de telefonar para o meu gerente e pedi a ele que fizesse 50 mil camisas. Mandei fazer. E onde é que eu pego essa arte?" E eu disse a ele onde que ele poderia

pegar. A minha sugestão é que os senhores, que as empresas dos senhores façam essa camisa, ainda que seja para os funcionários e ponha aqui do lado: Oi, Claro, Vivo, Tim, Brasil Telecom, e, certamente, todos estaremos dentro desta campanha, Todos Contra a Pedofilia no Brasil.

E, tenho certeza, que o fato de vestir uma camisa como essa, a gente já inibe, a gente produz a inibição daqueles que se dispõem a molestar criança.

Eu estou propondo. Sei que os senhores não podem me responder se a empresa vai fazer ou não, mas levem a minha sugestão. Essa camisa é *baby look*, não vai caber em nenhum dos senhores, não podia nem sortear. Eu sei. Eu acho que cabe aqui na advogada aqui da Tim. A Tim, já que o presidente me ligou, eu posso devolver um telefonema para ele dizendo: olha, está chegando a camisa e o modelo é esse e o senhor mande fazer. Mas a senhora leve essa camisa. Vista essa camisa. Quer dizer, no coração nós já vestimos, mas é importante vestir essa camisa.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):

Interessante que esse é um grupo de adoção, porque é outra coisa que carece de uma investigação muito séria. Crianças em abrigos sendo abusadas, crianças sendo adotadas, que saem do país imaginando que vai ter pai e mãe, mas saem adotadas para a mão de pedófilos lá fora, e alguns saem daqui com os olhos, com as córneas vendidas e o rim vendido; não vai ter pai e nem mãe, coisa nenhuma. E esse grupo de Minas Gerais faz um trabalho maravilhoso, o grupo De Volta para Casa em Divinópolis que, inclusive, é comandado pelo Dr. Casé, o Dr. Carlos José que também é assessor desta CPI.

Então, desse entendimento eu vou encerrar a Sessão. Vou convidar o Dr. Tiago, o Dr. Sobral, a Dra. Ana; todo mundo que compõe a assessoria da CPI para vir para aqui, porque aí fica de frente e vocês fazem a reunião. Eu tenho certeza que chegaremos num bom lugar. Vou para outras atividades confiantes de que nós prestaremos o serviço que o Brasil precisa que nós prestemos.

Quero agradecer a disposição dos senhores. Quero agradecer a maneira como os senhores me ajudaram a conduzir a reunião.

Amanhã nós teremos reunião da CPI às 10h30. Dr. Adil da Rocha Viana, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, o Ministrado Adil, o Dr. Hartmut Richard Glaser, Diretor do Comitê... Ah, é o Glaser, gestor da Internet.

Muito obrigado aos senhores.

Está encerrada a Sessão. E eu convido a assessoria da CPI para sentar aqui.

Sessão encerrada às 17h37.

*Senador Magno Malta
Presidente*